

## Governo condiciona R\$ 172 bi em despesas em 2024 a aprovação de novo arcabouço

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enviou ao Congresso uma previsão de zerar o déficit primário em 2024, mesmo considerando um valor extra de despesas a serem liberadas se aprovado o novo arcabouço fiscal apresentado pelo ministro Fernando Haddad.

Os números estão no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, elaborado com um total de R\$ 172 bilhões em despesas condicionadas à aprovação da nova lei para as contas públicas que tem como objetivo implementar um regime para gastos mais flexível que a atual regra do teto. Prevendo uma elevação significativa no lado das despesas e mesmo assim uma melhora no resul-



tado, o documento reforça a necessidade de uma forte elevação das receitas para que os cenários sejam cumpridos. O governo conta com a melhora da economia para que parte desses ganhos sejam obtidos e refletidos nos resultados

projetados, mas usa nas contas um avanço do PIB acima do calculado pelo mercado. Para 2024, por exemplo, o governo prevê uma expansão de 2,34% da atividade enquanto o mercado prevê 1,44%.

Ameniza a tarefa do go-

verno o fato de o PLDO já incorporar o novo mecanismo de intervalo de tolerância para o resultado primário, previsto no arcabouço do governo (até hoje, o que vale é uma meta única). De acordo com o documento, a mudança pode

ser implementada independentemente da aprovação da proposta da nova regra fiscal.

O governo propõe no texto enviado uma banda de tolerância para o resultado de 0,25 ponto percentual do PIB para cima ou para baixo. Ou seja, o texto ainda permite ao governo registrar um déficit no ano que vem dentro desse intervalo. Com isso, a meta de 2024 permite desde um déficit de R\$ 28,7 bilhões a um superávit no mesmo montante.

Além disso, o governo prevê como alvo central em 2025 um superávit de R\$ 61,6 bilhões (0,5% do PIB) e em 2026 de R\$ 130,8 bilhões (1% do PIB). Os números são referentes ao governo central o que inclui Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central.

Fábio Pupo/Folhapress

### Economia



**Fazenda confirma fim da isenção tributária para encomendas internacionais de até US\$ 50** Pg-03

**BGE: volume de serviços cai 3,1% em janeiro em relação a dezembro**

Página - 03



**China abre novo mercado para produto brasileiro de origem animal**

Página - 05

**Lavoro planeja fechar mais aquisições até o final do ano fiscal de 2023** Página - 14



### Política

**Tebet diz que aumento de receitas virá com reonerações, não com novos tributos**

Página - 04

**Haddad diz que já imaginava queda do dólar e cobra 'harmonização' do BC**

Página - 04

## No Mundo

### Protestos prosseguem na França após aprovação de reforma da previdência



Os protestos voltaram a eclodir em toda a França, nesta sexta-feira (14) após o tribunal constitucional do país autorizar uma impopular reforma previdenciária, capitaneada pelo presidente do país, Emmanuel Macron. Os planos do governo são de aumentar a idade legal de aposentadoria de 62 para 64 anos, acrescentando que alguns outros artigos do projeto de lei têm falhas legais. Como parte da decisão, o Conselho Constitucional também recusou um primeiro pedido de legisladores da oposição para realizar um referendo sobre a reforma previdenciária. Um segundo pedi-

do de última hora apresentado na quinta-feira para realizar um referendo sobre a reforma continua sob consideração.

Embora em menor escala que nos dias anteriores, os protestos seguem em todo o país. Antes da decisão, segurança reforçada estava em vigor em Paris. Não houve registros de confrontos.

A reforma da previdência na França, onde o direito de se aposentar com pensão completa aos 62 anos é profundamente valorizado, é sempre uma questão altamente delicada e ainda mais nos últimos meses com o aumento do descontentamento social com o aumento do custo de vida.

O governo de Macron disse que a reforma é necessária para manter as finanças do sistema previdenciário fora do vermelho nos próximos anos.

Espera-se agora que Macron promulgue a lei neste fim de semana. A partir de setembro, os primeiros aposentados terão que esperar mais três meses para receber suas pensões do estado. Com aumentos regulares e incrementais, até 2030 a idade de aposentadoria chegará aos 64 anos.

“Não estou surpresa”, disse Louise, uma advogada de 23 anos, à CNN. “Acho que o conselho é uma ferramenta política, as nomeações são políticas.”

### Rússia diz que pode trocar jornalista dos EUA por russo só após julgamento

A Rússia admitiu que pode “trocar” o jornalista Evan Gershkovich, do jornal The Wall Street Journal, por um prisioneiro russo detido nos Estados Unidos.

O ministro das Relações Exteriores, Sergei Ryabkov, disse que a transferência pode ocorrer após o fim do julgamento de Gershkovich. “A troca de qualquer um só pode ser considerada após um veredicto judicial com acusações concretas”, disse o chanceler à agência russa Tass.

“Quanto a uma [potencial] troca, temos um canal especial para isso, e os serviços especiais têm tratado disso e continuarão a fazê-lo”,

acrescentou o ministro.

Gershkovich é acusado de espionagem pela Rússia. Ele foi “preso em flagrante”, segundo o Kremlin, mas não foram apresentadas provas contra o jornalista. A prisão dele pode chegar a 20 anos.

Foi a primeira vez que a Rússia fez esse tipo de acusação contra os EUA desde a era soviética. Na segunda-feira (10), os EUA exigiram a “libertação imediata” do repórter.

O secretário de Estado, Antony Blinken, “determinou que Evan Gershkovich foi detido injustamente pela Rússia”, declarou o porta-voz do Departamento de Estado, Vedan Patel.

Folhapress



### Documentos vazados do Pentágono sugerem brigas internas do governo russo



Um novo vazamento de documentos secretos de inteligência dos EUA sugere uma ampla luta interna entre autoridades russas, incluindo algumas dentro do Serviço Federal de Segurança (FSB) e do Ministério da Defesa, informou o New York Times na quinta-feira.

A CNN não verificou os documentos de forma independente. O NYT disse que mostrou as novas 27 páginas de documentos a vários funcionários dos EUA, que não contestaram a informação, mas “não puderam e não iriam verificar os documentos independentemente”.

A CNN entrou em conta-

to com o Pentágono para comentar.

Os EUA disseram que o primeiro conjunto de documentos divulgados na semana passada eram autênticos, mas disseram que alguns dos documentos não eram legítimos e foram alterados.

Os EUA identificaram um suspeito de ser o autor dos vazamentos. Jack Douglas Teixeira, de North Dighton, Massachusetts, foi preso pelo FBI em sua casa na quinta-feira sem incidentes. Na manhã desta sexta-feira, ele entrou em um tribunal de Boston para sua primeira aparição no tribunal, onde irá depor sobre as acusações.

A reportagem do NYT

diz que os documentos, que foram publicados em um dos servidores do Discord, mostram brigas internas entre o Serviço Federal de Segurança (FSB) e o Ministério da Defesa sobre a contagem de baixas da Rússia na guerra na Ucrânia.

Os novos documentos também indicam que o presidente russo, Vladimir Putin, convocou o ministro da Defesa, Sergei Shoigu, e o chefe do Grupo Wagner, Yevgeny Prigozhin, para uma reunião, que se acredita ter ocorrido em 22 de fevereiro, para provavelmente resolver uma disputa pública sobre o fornecimento de munição, relata o NYT.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Fazenda confirma fim da isenção tributária para encomendas internacionais de até US\$ 50



O Ministério da Fazenda confirmou que vai acabar com a isenção tributária para encomendas internacionais de até US\$ 50 entre pessoas físicas. A pasta informou que não há uma data confirmada, pois ainda é necessário aguardar a publicação do ato legal.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quinta-feira (13) que a decisão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de derrubar a isenção para encomendas internacionais de até US\$ 50 visa acabar com a concorrência “desleal” entre varejistas brasileiras e empresas de fora do país.

“É preciso que tenhamos como garantir igualdade de

concorrência entre empresários brasileiros e estrangeiros. Ela não pode ser desleal, beneficiando um em detrimento do outro. Isso não é bom para nossa economia.”

A “concorrência desleal” citada pelo ministro é porque, com a isenção da tributação para o caso de produtos trocados entre pessoas físicas e de até US\$ 50, de acordo com o governo, muitas empresas faziam uso dessa regra para burlar o pagamento de impostos, se fazendo passar por pessoa física.

Haddad disse que a expectativa é que o incremento de arrecadação com o fim da isenção seja de R\$ 8 bilhões por ano.

A retirada da isenção de tributação nos casos de en-

comenda internacional de até US\$ 50 entre pessoas físicas ainda era uma dúvida. Isso porque, no início desta semana, um integrante da Receita Federal antecipou, em entrevista, que o governo estudava uma medida provisória para, entre outras determinações, acabar com a isenção de tributação para essas compras.

O objetivo seria o combate à sonegação, já que, de acordo com o governo, muitas empresas faziam uso dessa isenção para burlar o pagamento de impostos, se fazendo passar por pessoa física.

O anúncio gerou reações negativas de consumidores nas redes sociais e a notícia se espalhou como se um novo imposto tivesse sido criado.

CNN

## Governo estuda forma de barrar crescimento explosivo de dívida de precatórios



A equipe econômica estuda uma forma de barrar o crescimento explosivo da dívida de precatórios. O valor devido pela União com valores reconhecidos pela Justiça alcançou R\$ 141,7 bilhões, segundo dados do Tesouro Nacional. Quando o Congresso aprovou mudança no pagamento de precatórios, a partir de sugestão da equipe de Paulo Guedes, a estimativa era que o estoque de precatórios estaria a esta altura em valor muito mais baixo.

Um dos caminhos em avaliação pelo time do ministro Fernando Haddad é destinar para o pagamento dessas dívidas a receita que venha acima do esperado pelas metas fiscais ou ainda valores

## IBGE: volume de serviços cai 3,1% em janeiro em relação a dezembro

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada na sexta-feira (14) pelo IBGE, o volume de serviços no país caiu 3,1% em janeiro deste ano, em comparação a dezembro de 2022, quando alcançou recorde histórico.

Em relação a janeiro de 2022, o volume de serviços teve expansão de 6,1%, vigésima terceira taxa positiva consecutiva. O avanço do volume de serviços no Brasil foi acompanhado por 25 das 27 unidades da federação.

As principais contribuições positivas foram identificadas em São Paulo (4,3%), Rio de Janeiro (8,2%), Minas Gerais (10,9%), Paraná (12,1%) e Rio Grande do Sul (11,5%). Por outro lado, os únicos resultados negativos do mês ocorreram no Mato Grosso do Sul (-6,4%) e no Acre (-2%).

Esta é a primeira divulgação da nova série da pesquisa, que passou por atualizações na seleção da amostra de empresas, ajustes nos pesos dos produtos e das atividades, além de alterações metodológicas, visando retratar mudanças econômicas na sociedade, explicou o IBGE, por meio de sua assessoria de imprensa. As atualizações são previstas e implementadas periodicamente. Na avaliação do gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, a queda observada em janeiro elimina o ganho acumulado de 3% ocorrido nos meses de novembro e dezembro de 2022, embora a base de comparação se encontrasse em patamar elevado. “O setor de serviços continua muito próximo do seu ponto mais alto da série, alcançado no mês passado, o que o coloca em um patamar 10,3% acima do nível pré-pandemia.”

Alana Gandra/ABR



arrecadados de forma “extraordinária”. A ideia é criar uma forma de saldar parte dos precatórios para que essa dívida não cresça de forma descontrolada.

Precatórios são dívidas da União com empresas e pessoas físicas que já foram reconhecidas pela Justiça. Nos últimos anos, o valor com precatórios disparou e isso fez com que o governo Jair Bolsonaro propusesse ao Congresso uma mudança nas regras para pagamento. O objetivo era abrir espaço no orçamento para gastar mais com benefícios sociais, especialmente o Auxílio Brasil.

Na prática, a partir de 2022, a União deixou de ser obrigada a pagar em dia as dívidas reconhecidas pela Jus-

tiça e vem pagando só uma parte. A ideia era abrir novas possibilidades para reduzir essa dívida, como o uso de precatórios em concessões. Mas essa frente não foi regulamentada e empacou. O resultado é que o estoque de dívida de precatórios vem crescendo. Ele pode escalar para cerca de R\$ 400 bilhões nos próximos anos se nada for feito, de acordo com estimativas do governo.

A ideia do time de Haddad é propor um mecanismo que, a depender dos rumos da economia, possa travar a explosão dessa dívida. A medida, porém, ainda não está delineada no novo marco fiscal, que será enviado ao Congresso na próxima semana.

CNN

## Política

### Tebet diz que aumento de receitas virá com reonerações, não com novos tributos



A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou na sexta-feira (14) que o governo está comprometido com uma política econômica que promova a estabilização da dívida pública, ciente que o investimento no social e a responsabilidade fiscal andam juntos.

Em evento na FGV em São Paulo, ela acrescentou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabe que não é possível gastar mais do que arrecada, bem como também não é possível conviver com dois ou três anos de déficit primário.

Ela afirmou ainda que não faz parte dos planos do governo promover aumentos de impostos para realizar os investimentos previstos den-

tro da política pública, em especial nas áreas de educação e saúde. O aumento da arrecadação se dará por meio de reonerações, revertendo medidas adotadas nos últimos anos, como no caso dos combustíveis, disse Tebet.

“Há harmonia na equipe econômica, embora pensamos diferentes”, disse ela. Segundo a ministra, embora ela seja mais liberal e “eles, um pouco mais heterodoxos”, todos tem compromisso social. “Sabemos que não fazemos social sem responsabilidade fiscal”, afirmou Tebet, ao elogiar o arcabouço fiscal regras apresentadas pela Fazenda no final do mês passado, que visam equilibrar as contas públicas e evitar um crescimento da dívida em proporção do PIB.

Tebet afirmou ainda que, mesmo com as restrições impostas pelo arcabouço, será possível cumprir a agenda social pretendida pelo governo, sem comprometimento das contas públicas.

A ministra afirmou ainda que o PPA (Plano Plurianual) será tornado público na semana que vem, com uma agenda prevista para maio e junho do governo percorrendo todas as capitais do país para discutir e ouvir sugestões a respeito do plano.

Tebet afirmou também que os primeiros 100 dias do governo “não foram fáceis” por conta dos limites no orçamento para atender todas as demandas, com a necessidade de “trocar os pneus com o carro em movimento.”

Lucas Bombana/Folhapress

### Haddad diz que já imaginava queda do dólar e cobra ‘harmonização’ do BC



Saudado por Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, como responsável pela queda do dólar para menos de R\$ 5, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que já via a moeda brasileira abaixo de seu valor real.

“Eu sempre imaginei que o real estava muito desvalorizado, que não havia razão, sobretudo depois de se fixar uma taxa de juros no patamar atual, coisa que já vai para quase um ano”, disse, durante coletiva com a comitiva brasileira, em Pequim.

Haddad disse acreditar também que a mudança viria “se tomássemos as medidas que estamos tomando”, acrescentando depois: “O Brasil é uma economia muito mais

### Moraes determina depoimento de Bolsonaro à PF sobre ataques golpistas

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes determinou nesta sexta-feira (14) à Polícia Federal que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) seja ouvido em até dez dias no inquérito que investiga os autores intelectuais dos ataques golpistas de 8 de janeiro.

De acordo com a decisão, a PGR (Procuradoria-Geral da República) deverá ser avisada da data acordada para, se entender necessário, acompanhar a oitiva. O prazo começará a contar a partir da notificação das partes envolvidas no processo.

Na decisão, Moraes disse que a oitiva com Bolsonaro, nos termos indicados pelo Ministério Público, “é medida indispensável ao completo esclarecimen-

to dos fatos investigados”.

A PF abriu quatro frentes de investigação após os ataques dos bolsonaristas acampados no QG do Exército. Uma delas mira os possíveis autores intelectuais, e é essa frente que pode alcançar Bolsonaro.

Outra tem como objetivo mapear os financiadores e responsáveis pela logística do acampamento e transporte de bolsonaristas para Brasília.

O terceiro foco da investigação PF são os vândalos. Os investigadores querem identificar e individualizar a conduta de cada um dos envolvidos na depredação dos prédios históricos da capital federal.

A quarta linha de apuração avança sobre autoridades omissas durante o 8 de janeiro e que facilitaram a atuação dos golpistas.

Constança Resende/Folhapress



forte do que ela própria se enxerga. A economia brasileira responde muito rapidamente a estímulos adequados”.

O ministro defendeu “harmonia” entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para o real “voltar para um patamar mais adequado” de forma estável. E que o mesmo vale para o Banco Central presidido por Roberto Campos Neto, que não foi citado pelo nome.

“Tenho insistido na harmonização da política fiscal com a monetária”, disse Haddad. “Não adianta nada de um lado eu fazendo um trabalho e o Banco Central não acompanhar o movimento, na direção de convergir numa política sustentável de cres-

cimento com baixa inflação, distribuição de renda, sustentabilidade ambiental, que é o que todo mundo quer.”

Questionado sobre a adoção de moedas próprias para o comércio, que entrou na declaração conjunta de Lula e o líder chinês Xi Jinping, o ministro sublinhou que “é uma ideia que está há muito tempo na mesa de negociação entre os Brics, no âmbito do Mercosul, e o presidente Lula restabeleceu essa agenda”.

Para tanto, teria pedido agora para a Fazenda, junto com o ministério das finanças da China, “se debruçar sobre o tema a aprofundar as possibilidades de um intercâmbio em moeda local”, o que pasará a fazer.

Nelson de Sá/Folhapress



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.  
As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>  
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

# Publicidade Legal

## China abre novo mercado para produto brasileiro de origem animal



O Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil e a Administração-Geral de Aduanas da República da China estabeleceram, na sexta-feira (14), protocolo sobre requisitos sanitários e de quarentena que devem ser seguidos por estabelecimentos brasileiros na produção de proteína processada de animais terrestres. Com isso, o país asiático abre um novo mercado para exportação do produto brasileiro.

Usada para fabricar ração para animais, a proteína processada vem de aves e suínos e inclui a farinha de carne, ossos, sangue e penas, entre outros. De acordo com o protocolo, os estabelecimentos interessados em comercializar o produto para a China deverão ter sistemas eficazes de gestão de riscos e de rastreamento de qualidade. As inspeções nos abatedouros serão feitas antes e depois da morte dos animais.

Já as matérias-primas devem ser de animais que nasceram e foram criados no Brasil em áreas livres de febre aftosa, de pestes suínas clássica e africana, de doença vesicular suína e de influenza aviária. Os locais de abate também devem ser oficialmente aprovados. Segundo o ministério, o Brasil figura entre os maiores exportadores de farinha de animais terrestres, atrás apenas de países da União Europeia, dos Estados Unidos e da Austrália. Já a China é o terceiro maior comprador do produto. O protocolo entre os órgãos foi um dos atos firmados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo presidente chinês, Xi Jinping, hoje, em Pequim. No total, foram assinados 15 acordos por diversos ministérios e órgãos dos dois países. *Andreia Verdêlio/ABR*

## Real Estate Duo 004 Angra dos Reis Administração S.A.

CNPJ/MF nº 23.723.714/0001-23

Balança Patrimonial (Valores em milhares de Reais)			Demonstração do Resultado (Valores em milhares de Reais)			Demonstração dos Fluxos de Caixa (Valores em milhares de Reais)		
Ativo	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>	<b>446</b>	<b>3.472</b>	Despesas/Receitas Operacionais	(544)	(105)	<b>Atividades operacionais</b>	<b>(426)</b>	<b>55</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>94</b>	<b>3.039</b>	Despesas Gerais e Administrativas	(547)	(105)	Lucro líquido (prejuízo) do período	(437)	55
Cotas de fundos de investimentos	94	691	Despesas com pessoal	(105)	(105)	Depreciações e amortizações	11	-
Outros títulos de renda fixa	-	2.348	Outras despesas administrativas	(413)	(97)	<b>Varição de ativos e obrigações</b>	<b>(12.923)</b>	<b>13.487</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>335</b>	<b>433</b>	Despesas tributárias	(18)	(8)	(Aumento) diminuição de títulos e valores mobiliários	2.945	(3.039)
Diversos	335	433	Despesas de depreciação e amortização	(11)	-	(Aumento) diminuição de outros créditos	98	(433)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	Outras Receitas Operacionais	3	-	(Aumento) diminuição de outros valores e bens	(17)	-
Outros valores e bens	17	-	<b>Resultado Antes do Resultado</b>	<b>(544)</b>	<b>(105)</b>	Aumento (diminuição) de outras obrigações	(15.949)	16.959
<b>Ativo não circulante</b>	<b>40.179</b>	<b>39.997</b>	<b>Financeiro e dos Tributos</b>	<b>(544)</b>	<b>(105)</b>	Caixa líquido (aplicado) consumido nas atividades operacionais	(13.349)	13.542
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>40.179</b>	<b>39.997</b>	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>107</b>	<b>178</b>	<b>Atividades de investimento</b>	<b>(193)</b>	<b>(39.997)</b>
Outros bens do imob de uso	40.179	39.997	<b>Receitas Financeiras</b>	<b>107</b>	<b>178</b>	(Inversões) em:	(193)	(39.997)
(Depreciações acumuladas)	(11)	-	Rendas de títulos e valores mobiliários	107	178	Imobilizado de Uso	(193)	(39.997)
<b>Total do ativo</b>	<b>40.625</b>	<b>43.469</b>	<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(437)</b>	<b>73</b>	Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de investimento	(193)	(39.997)
<b>Passivo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>-</b>	<b>(18)</b>	<b>Atividades de financiamento</b>	<b>13.542</b>	<b>26.455</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.010</b>	<b>16.959</b>	Imposto de renda	-	(11)	Integralização de capital	13.542	26.455
<b>Outras obrigações</b>	<b>1.010</b>	<b>16.959</b>	Corrente	-	(11)	Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de investimento	13.542	26.455
Impostos e contribuições sobre lucros	-	17	Contribuição social	-	(7)	<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Impostos e contribuições sobre salários	16	-	Corrente	-	(7)	<b>Modificações na posição financeira</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Demais impostos e contribuições a recolher	2	2	<b>Lucro/(Prejuízo) do Período</b>	<b>(437)</b>	<b>55</b>	Caixa e equivalentes de caixa:	-	-
Provisões para pagamentos a efetuar	71	2	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(437)	55	No início do exercício	-	-
Obrigs. por aquisição de bens e direitos	-	16.938	Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	No fim do exercício	-	-
Diversos	921	-	Nº de Ações	39.997.100	30.343.100	<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>39.615</b>	<b>26.510</b>	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,01)	0,00			
Capital:	39.997	26.455						
De domiciliados no país	39.997	30.343						
(Capital a realizar)	-	(3.888)						
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(382)	55						
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>39.615</b>	<b>26.510</b>						
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>40.625</b>	<b>43.469</b>						

  

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores em milhares de Reais)			
Eventos	Capital realizado	Lucros ou prejuízos acumulados	Total 2021
<b>Saldos iniciais em 01/01/21</b>	-	-	-
<b>Mutações do Período</b>	26.455	55	26.510
Aumento de capital	26.455	-	26.455
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	55	55
<b>Saldos finais em 31/12/21</b>	<b>26.455</b>	<b>55</b>	<b>26.510</b>

  

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores em milhares de Reais)			
<b>1. Contexto operacional</b> – A Companhia, sociedade de propósito específico constituída em 24 de novembro de 2015, com o objetivo de deter propriedade de bens de luxo para utilização compartilhada entre seus acionistas, é administrada pela Prime e signatária do Programa, em razão do qual pretende adquirir bens móveis e imóveis, composto por áreas livres localizada na Ilha do Jorge, Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, para construção de luxuoso espaço de veraneio consubstanciado em edificações com área de lazer completa e embarcação permanentemente ancorada nas proximidades à disposição dos acionistas, tendo celebrado necessários à concretização de projeto empresarial e que compreende a aquisição de terrenos, prestação de serviços de construção de edificação prestados por empresa especializada na área de construção e incorporação de edifícios e condomínios, negociação para a aquisição futura de embarcação dentre outros e tem como objeto social administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia.			
<b>2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras</b> – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). <b>2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Conforme definição do CPC 02, estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. <b>2.2. Uso de estimativas contábeis:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justos dos ativos e passivos financeiros, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. As demonstrações financeiras foram elaboradas através de diversas bases de avaliações e estimativas contábeis, levando em consideração fatores objetivos e subjetivos. O julgamento da Administração foi feito com as mesmas premissas descritas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Não foi identificado nas demonstrações financeiras itens significativos sujeitos a essas estimativas. A Administração revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano. <b>2.3. Principais práticas contábeis:</b> As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. <b>Títulos e valores mobiliários:</b> Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado. <b>Ativos e passivos circulantes:</b> Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. <b>Ativo imobilizado:</b> Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável. É demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa anual de 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transportes; e, 10% para as demais contas. <b>Instrumentos financeiros:</b> O CPC retém em grande parte os requerimentos existentes CPC para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme o CPC, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") instrumento de dívida; VJORA- instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). As seguintes políticas contábeis aplicam-se à			

  

mensuração subsequente dos ativos financeiros:	
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

  

Sob o CPC, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC). Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **Mensuração do valor justo:** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC, Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são diretos ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. Finalmente, no Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia. **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As contingências são reconhecidas em conformidade com o CPC. As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **Impostos de renda e contribuição social:** A base de cálculo dos impostos é o Lucro Real, calculado sobre o lucro do período, acrescido das despesas não dedutíveis e diminuído dos ajustes permitidos pela Legislação do

A Diretoria

Reinaldo Dantas – Contador CRC 1SP 110.330/0-6

**Data Mercantil**  
A melhor opção para sua empresa

## Publicidade Legal

REC Guarulhos S.A.					
CNPJ/MF nº 08.730.884/0001-41					
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Ativo	2022	2021			
<b>Circulantes</b>	<b>28.243</b>	<b>34.633</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8.489	13.281			
Contas a receber	18.469	20.047			
Impostos e contribuições a compensar	289	315			
Despesas antecipadas	443	480			
Outros ativos circulantes	553	510			
<b>Não circulantes</b>	<b>1.050.856</b>	<b>1.068.745</b>			
Contas a receber	19.552	18.236			
Despesas antecipadas	488	660			
Depósitos judiciais	56	53			
Impostos diferidos ativos	1.906	2.023			
Propriedades para investimentos	1.028.845	1.047.759			
Imobilizado	9	14			
<b>Total dos ativos</b>	<b>1.079.099</b>	<b>1.103.378</b>			
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulantes</b>	<b>116.408</b>	<b>112.376</b>			
Empréstimos e financiamentos	55.050	54.449			
Contas a pagar	2.707	3.124			
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	53.326	50.547			
Obrigações fiscais	886	845			
IRPJ e CSLL a pagar	-	24			
Outros passivos circulantes	4.439	3.387			
<b>Não circulantes</b>	<b>536.499</b>	<b>585.694</b>			
Empréstimos e financiamentos	494.522	547.779			
Impostos diferidos passivos	41.650	37.668			
Provisão para contingências	327	247			
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>426.192</b>	<b>405.308</b>			
Capital social	362.580	344.379			
Reserva de lucros	51.733	50.223			
Reserva legal	11.879	10.706			
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>1.079.099</b>	<b>1.103.378</b>			
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
2022	2021	2022	2021		
<b>Receita líquida</b>	<b>130.816</b>	<b>127.466</b>			
Custo dos serviços prestados	(21.975)	(21.975)			
<b>Lucro bruto</b>	<b>108.841</b>	<b>105.491</b>			
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	(6.133)	(8.836)			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	952			
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>102.708</b>	<b>97.607</b>			
<b>Resultado financeiro</b>					
Despesas financeiras	(76.358)	(36.549)			
Receitas financeiras	1.592	641			
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(74.766)</b>	<b>(35.908)</b>			
<b>Lucro operacional e antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>27.942</b>	<b>61.699</b>			
IRPJ e CSLL	(337)	(11.700)			
Corrente	(4.141)	(2.678)			
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>23.464</b>	<b>47.321</b>			
Lucro por ação - R\$ - básico e diluído	0,05	0,13			
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>328.952,00</b>	<b>8.340,00</b>	<b>34.722,00</b>	<b>47.321</b>	<b>372.014,00</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	47.321	47.321
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	2.366	-	(2.366)	-
Dividendos	-	-	-	(11.239)	(11.239)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(18.215)	(18.215)
Reserva de retenção de lucros	-	-	15.501	(15.501)	-
Aumento de capital	50.000	(50.000)	-	-	-
Integralização de capital	-	15.427	-	-	15.427
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>378.952</b>	<b>(34.573)</b>	<b>10.706</b>	<b>50.223</b>	<b>405.308</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.464	23.464
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	1.173	-	(1.173)	-
Dividendos	-	-	-	(5.573)	(5.573)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(15.208)	(15.208)
Reserva de retenção de lucros	-	-	1.510	(1.510)	-
Aumento de capital	100.000	(100.000)	-	-	-
Integralização de capital	-	18.201	-	-	18.201
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>478.952</b>	<b>(116.372)</b>	<b>11.879</b>	<b>51.733</b>	<b>426.192</b>
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
2022	2021	2022	2021		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>23.464</b>	<b>47.321</b>			
Outros resultados abrangentes	-	-			
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>23.464</b>	<b>47.321</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	27.942	61.699	IRPJ e CSLL pagos	(361)	(12.077)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			Outros passivos circulantes	1.052	1.920
Juros e encargos financeiros líquidos	74.511	34.963	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	126.418	115.882
Depreciação e amortização	21.980	21.981	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Custo de transação amortizado	1.181	1.181	Adições as propriedades para investimentos	(3.061)	(2.611)
(Reversão) provisão de contingência	80	86	Caixa líquido aplicado nas atividades de invest.	(3.061)	(2.611)
(Reversão) provisão para devedores duvidosos	329	2.633	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Varição nos ativos operacionais:</b>			Pagamento de principal de empréstimos	(55.190)	(55.189)
Contas a receber	(67)	(547)	Pagamento de juros de empréstimos	(73.158)	(31.741)
Impostos e contribuições a compensar	26	3.932	Captação de empréstimos	-	-
Impostos diferidos PIS e COFINS	(43)	(51)	Dividendos e JCP Pagos	(18.002)	(36.074)
Despesas antecipadas	209	577	Integralização de capital social	18.201	15.427
Depósito judicial	(3)	(49)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (aplicado nas)		
Outros ativos circulantes	(43)	62	atividades de financiamento	(128.149)	(107.577)
<b>Varição nos passivos operacionais:</b>			<b>Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.792)</b>	<b>5.694</b>
Contas a pagar	(416)	(594)	<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Obrigações fiscais	41	166	No início do exercício	13.281	7.587
			No fim do exercício	8.489	13.281
			<b>Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.792)</b>	<b>5.694</b>
<b>A Diretoria</b>	<b>Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 303.190/O-9</b>				
<i>As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.</i>					

DÓLAR  
compra/venda  
Câmbio livre BC -  
R\$ 4,9449 / R\$ 4,9455 \*\*  
Câmbio livre mercado -  
R\$ 4,9140 / R\$ 4,9160 \*  
Turismo - R\$ 5,0200 /  
R\$ 5,1120  
(\* ) cotação média do  
mercado  
(\*\*) cotação do Banco  
Central  
Variação do câmbio livre  
mercado  
no dia: -0,22%

OURO BM&F  
R\$ 313.30

BOLSAS  
B3 (Ibovespa)  
Variação: -0,17%  
Pontos: 106.279  
Volume financeiro:  
R\$ 21,361 bilhões  
Maiores altas: Cielo ON  
(2,83%), Locaweb ON  
(2,27%), Braskem PNA  
(2,16%)

Maiores baixas: CSN ON  
(-7,35%), Rede D'OR ON  
(-6,02%), Alpargatas PN  
(-5,13%)  
S&P 500 (Nova York):  
-0,21 %  
Dow Jones (Nova York):  
-0,42 %  
Nasdaq (Nova York):  
-0,35%

CAC 40 (Paris): 0,52%  
Dax 30 (Frankfurt):  
0,50 %  
Financial 100  
(Londres):0,36 %  
Nikkei 225 (Tóquio):  
1,20%

Hang Seng (Hong Kong):  
0,46%  
Shanghai Composite  
(Xangai): 0,60%  
CSI 300 (Xangai e  
Shenzhen): 0,57%  
Merval (Buenos Aires):  
1,99%  
IPC (México): -0,43%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO  
IPCA/IBGE  
Outubro 2022: 0,59%  
Novembro 2022: 0,41%  
Dezembro 2022: 0,62%  
Janeiro 2023: 0,53%  
Fevereiro 2023: 0,84%

REC LOG 331 Empreendimentos Imobiliários S.A.					
CNPJ/MF nº 08.857.635/0001-11					
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Ativo	2022	2021			
<b>Circulante</b>	<b>23.174</b>	<b>12.343</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8.162	3.720			
Contas a receber	13.517	7.658			
Adiantamentos a fornecedores	78	49			
Impostos e contribuições a compensar	793	195			
Despesas antecipadas	436	506			
Outros ativos circulantes	188	215			
<b>Não circulante</b>	<b>520.559</b>	<b>520.414</b>			
Contas a receber	2.308	6.012			
Títulos e valores mobiliários	10.376	9.380			
Impostos diferidos	5.427	3.182			
Propriedades para investimentos	502.448	501.840			
<b>Total do ativo</b>	<b>543.733</b>	<b>532.757</b>			
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>	<b>100.592</b>	<b>87.802</b>			
Contas a pagar	39.729	29.277			
Empréstimos e financiamentos	19.983	20.003			
Adiantamento de clientes	22.925	12.832			
Divid. e juros sobre capital próprio a pagar	14.222	21.196			
Contas a pagar - partes relacionadas	2.115	2.115			
Obrigações fiscais	519	564			
IRPJ e CSLL a pagar	-	27			
Outros passivos circulantes	1.099	1.788			
<b>Não circulante</b>	<b>330.591</b>	<b>352.013</b>			
Empréstimos e financiamentos	313.984	335.521			
Impostos diferidos	16.003	15.855			
Prov. p/risco tributários, trabalhistas e cíveis	604	637			
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>112.550</b>	<b>92.942</b>			
Capital social	87.984	71.090			
Reserva legal	1.650	1.053			
Reserva de lucros	22.916	20.799			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>543.733</b>	<b>532.757</b>			
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
2022	2021	2022	2021		
<b>Receita líquida</b>	<b>78.736</b>	<b>63.758</b>			
Custo dos serviços prestados	(10.087)	(10.125)			
<b>Lucro bruto</b>	<b>68.649</b>	<b>53.633</b>			
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	(2.793)	(2.855)			
Reversão para ajuste ao valor recuperável	(7.626)	(3.242)			
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>58.230</b>	<b>47.536</b>			
<b>Resultado financeiro</b>					
Despesas financeiras	(47.749)	(22.529)			
Receitas financeiras	1.455	771			
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(46.294)</b>	<b>(21.758)</b>			
<b>Lucro operacional e antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>11.936</b>	<b>25.778</b>			
IRPJ e CSLL	(2.134)	(4.399)			
Correntes	(2.132)	(318)			
<b>Lucro líquido do exercício/periodo</b>	<b>11.934</b>	<b>21.061</b>			
Lucro por ação - R\$	0,89	1,57			
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>648</b>	<b>117.804</b>	<b>12.930</b>	<b>131.382</b>	
Lucro líquido do período	-	-	-	21.061	21.061
Destinação do lucro:					
Devolução de dividendos	-	-	16.835	-	16.835
Reserva legal	-	-	1.053	(1.053)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(12.823)	(5.002)	(17.825)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(5.149)	(5.149)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	9.857	(9.857)
Reclassificação da reserva	-	-	-	(6.000)	-
Aumento de Capital	208.804	(208.804)	-	-	-
Integralização de capital	-	128.442	(123.804)	-	4.638
Redução de capital	(58.000)	-	-	-	(58.000)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>151.452</b>	<b>(80.362)</b>	<b>1.053</b>	<b>20.799</b>	<b>92.942</b>
Lucro líquido do exercício/periodo	-	-	-	11.934	11.934
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	-	597	(597)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(2.834)	(2.834)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(6.386)	(6.386)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.117	(2.117)
Integralização de capital	-	16.894	-	-	16.894
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>151.452</b>	<b>(63.468)</b>	<b>1.650</b>	<b>22.916</b>	<b>112.550</b>
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
2022	2021	2022	2021		
<b>Lucro líquido do exercício/periodo</b>	<b>11.934</b>	<b>21.061</b>			
Outros resultados abrangentes	-	-			
<b>Total do resultado abrangente do exercício/periodo</b>	<b>11.934</b>	<b>21.061</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	11.936	25.778	Outros passivos		
Ajustes para reconciliar o lucro antes do IRPJ e da CSLL com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			IRPJ e CSLL pagos	(2.882)	(4.372)
Juros e encargos financeiros líquidos	45.288	20.642	Caixa líquido gerado pelas atividades operac.	89.370	58.497
Custo de transação amortizado	462	462	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Depreciação e amortização	10.087	10.125	Adições as propriedades para investimentos	(24.430)	(7.000)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(33)	332	Baixas as propriedades para investimentos	6.109	-
Provisão para ajuste ao valor recuperável	7.626	3.242	Caixa líquido aplicado nas atividades de invest.	(18.321)	(7.000)
Receita financeira de títulos e valores mobiliários	(996)	(103)	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	595	(18)	Pagamento de principal de empréstimos	(22.238)	(11.808)
<b>Varição nos ativos operacionais:</b>			Pagamento de juros de empréstimos	(45.069)	(19.524)
Contas a receber	(2.750)	(1.800)	Dividendos devolvidos	-	16.835
Impostos e contribuições a compensar	158	(83)	Dividendos e JCP pagos	(16.194)	(12.823)
Adiantamento de fornecedores	(29)	(37)	Integralização de capital social	16.894	4.638
Outros ativos	27	343	Redução de capital social	-	(58.000)
Despesas antecipadas	70	(69)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financ.	(66.607)	(80.682)
<b>Varição nos passivos operacionais:</b>			<b>Aumento (red.) liq.(a) de caixa e equiv. de caixa</b>	<b>4.442</b>	<b>(29.185)</b>
Contas a pagar	9.763	2.990	<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Adiantamento de clientes	10.093	1.034	No		



## Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

CNPJ/MF nº 61.015.087/0001-65 – Rua Coronel Melo de Oliveira 221 – São Paulo-SP – CEP 05011-040

O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus – IASCJ é uma pessoa jurídica de direito privado de fins educacionais, assistenciais, culturais, filantrópicos e beneficente, que tem duração por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ sob nº 61.015.087/0001-65, com sede na Rua Coronel Melo de Oliveira, 221 na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Declarado como de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 6.434, de 27 de outubro de 1961, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27/10/1961, tendo por finalidade prestar a assistência social à infância, adolescência e aos idosos carentes, promover a educação e o ensino, desenvolver a promoção social da coletividade e estimular a disseminação da cultura nessa mesma coletividade. O IASCJ é uma Entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, nº 23000.010294/2012-25, o qual foi publicado o Deferimento pela Portaria nº 30, de 05/02/2020, sendo o período de validade desta renovação 01/01/2013 a 31/12/2015. O pedido de renovação foi encaminhado ao MEC tempestivamente em 07/12/2015 conforme processo nº 23000.022264/2015-12 para respaldar o período de 01/01/2016 a 31/12/2018, posteriormente em 18/12/2018, foi encaminhado ao MEC conforme processo nº 23000.041226/2018-01 para respaldar o período de 01/01/2019 a 31/12/2021, e em 25/11/2021, foi encaminhado ao MEC conforme processo nº 23000031143202100 para respaldar o período de 01/01/2022 a 31/12/2024.

### Relatório da Administração

Sras. Associadas: Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias. São Paulo, 31 de dezembro de 2022. À Diretoria

#### Balanço Patrimonial dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

Ativo	NE	2022				2022		2021	
		Instituto	Assistência Social	Educacional	Mercantil				
<b>Circulante</b>		<b>33.233.495,99</b>	<b>140.855,49</b>	<b>42.837.700,02</b>	<b>3.792.212,60</b>	<b>80.004.264,10</b>	<b>45.100.536,59</b>	<b>91.183.852,75</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>5B</b>	<b>6.971.424,92</b>	<b>130.043,78</b>	<b>37.994.247,98</b>	<b>4.819,91</b>	<b>45.100.536,59</b>	<b>45.059.166,79</b>	<b>45.059.166,79</b>	
Caixa		33.346,07	16,77	6.722,11	2.308,72	42.393,67	83.289,07		
Bancos Conta Movimento		10.234,25	10,00	46.466,27	72,19	56.782,71	61.523,20		
Bancos Conta Poupança		2.480,65	-	-	-	2.480,65	2.300,30		
Aplicação Financeira – Liquidez Imediata	<b>5C</b>	49.951,59	130.017,01	37.941.059,60	2.439,00	38.123.467,20	34.145.753,74		
Aplicação Financeira – Prazo Fixo	<b>5E</b>	6.875.412,36	-	-	-	6.875.412,36	10.766.300,48		
<b>Cilentes e Outros Recebíveis</b>		<b>25.275.072,06</b>	-	<b>4.392.625,38</b>	<b>2.334.216,99</b>	<b>32.001.914,43</b>	<b>41.573.576,49</b>		
Mensalidades à Receber	<b>5F</b>	3.140.039,51	-	5.537.451,73	-	8.677.491,24	9.436.773,06		
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	<b>5I</b>	(2.834.000,83)	-	(3.122.110,79)	-	(5.956.111,62)	(6.623.932,89)		
Títulos à Receber	<b>5F</b>	4.336.568,81	-	2.411.885,83	710.418,38	7.458.873,02	8.171.853,10		
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	<b>5I</b>	-	-	(1.023.296,93)	-	(1.023.296,93)	(1.138.077,51)		
Aluguéis à Receber		8.648.868,77	-	-	-	8.648.868,77	11.728.481,90		
Outros Títulos à Receber	<b>5F</b>	11.983.595,80	-	588.695,54	1.623.798,61	14.196.089,95	19.998.478,83		
<b>Outros Ativos Circulantes</b>		<b>492.973,86</b>	<b>10.811,71</b>	<b>174.778,54</b>	<b>183.121,65</b>	<b>861.685,76</b>	<b>990.268,48</b>		
Despesas Antecipadas		53.792,56	-	88.331,85	-	142.124,41	150.110,60		
Adiantamentos	<b>6</b>	355.081,87	4.436,43	86.446,69	171.763,59	617.728,58	692.394,66		
Outros Valores à Receber		-	-	-	9.629,24	9.629,24	19.050,09		
Impostos à Recuperar		84.099,43	6.375,28	-	1.728,82	92.203,53	128.713,13		
<b>Estoques</b>	<b>7</b>	<b>494.025,15</b>	-	<b>276.048,12</b>	<b>1.270.054,05</b>	<b>2.040.127,32</b>	<b>3.560.840,99</b>		
Produtos e Materiais Diversos		494.025,15	-	276.048,12	1.270.054,05	2.040.127,32	3.560.840,99		
<b>Não – Circulante</b>		<b>71.461.604,94</b>	<b>91.086,69</b>	<b>11.127.147,01</b>	-	<b>82.679.838,64</b>	<b>352.590.718,79</b>		
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>1.783.245,63</b>	-	<b>1.595.775,21</b>	-	<b>3.379.020,84</b>	<b>3.724.990,13</b>		
Mensalidades à Receber de Longo Prazo	<b>5F</b>	-	-	18.576,80	-	18.576,80	983.497,01		
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	<b>5I</b>	-	-	(8.594,40)	-	(8.594,40)	(35.617,17)		
Outros Títulos à Receber	<b>5F</b>	989.130,91	-	-	-	989.130,91	635.654,19		
Depósitos Judiciais		794.114,72	-	1.585.792,81	-	2.379.907,53	2.141.426,10		
<b>Imobilizado</b>	<b>8</b>	<b>69.619.006,05</b>	<b>91.086,69</b>	<b>9.421.390,80</b>	-	<b>79.131.483,54</b>	<b>348.613.239,89</b>		
Bens em Uso		99.419.791,28	304.558,21	38.536.982,58	-	138.261.332,07	510.918.957,79		
(-) Depreciação Acumulada		(29.800.785,23)	(213.471,52)	(29.115.591,78)	-	(59.129.848,53)	(162.305.717,90)		
<b>Intangível</b>	<b>8</b>	<b>49.664,38</b>	-	<b>108.000,00</b>	-	<b>157.664,38</b>	<b>234.700,93</b>		
Softwares		674.135,01	738,00	678.183,26	-	1.353.056,27	1.562.304,58		
(-) Amortização Acumulada		(624.470,63)	(738,00)	(570.183,26)	-	(1.195.391,89)	(1.327.603,65)		
<b>Bens em Comodato</b>		<b>9.688,88</b>	-	<b>1.981,00</b>	-	<b>11.669,88</b>	<b>17.817,84</b>		
Bens em Comodato		9.688,88	-	1.981,00	-	11.669,88	17.817,84		
<b>Total do Ativo</b>		<b>104.695.100,93</b>	<b>231.942,18</b>	<b>53.964.847,03</b>	<b>3.792.212,60</b>	<b>162.684.102,74</b>	<b>443.774.571,54</b>		

#### Demonstração do Resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

Operações em continuidade		2022				2022		2021	
RECEITAS	NE	Instituto	Assistência Social	Educacional	Mercantil				
<b>RECEITAS</b>		<b>10.723.521,06</b>	<b>1.487.809,51</b>	<b>46.016.821,61</b>	<b>6.699.298,36</b>	<b>64.927.450,54</b>	<b>82.623.430,14</b>		
Receitas escolares/acadêmicas – Educação Superior	<b>15</b>	-	-	47.753.686,80	-	47.753.686,80	45.312.496,93		
Receitas escolares/acadêmicas – Educação Pós Graduação	<b>15</b>	-	-	593.968,56	-	593.968,56	1.077.276,23		
(-) Bolsas Filantrópicas Integrais – Educação Superior	<b>13</b>	-	-	(159.837,67)	-	(159.837,67)	(132.681,66)		
(-) Assistência Educacional Integrais – Educação Superior	<b>13</b>	-	-	(111.481,46)	-	(111.481,46)	(54.014,16)		
(-) Assistência Educacional Funcional – Educação Superior	<b>13</b>	-	-	(293.537,43)	-	(293.537,43)	(461.090,61)		
(-) Bolsas Filantrópicas Integrais ProUni – Educação Superior	<b>13</b>	-	-	(7.367.628,97)	-	(7.367.628,97)	(6.983.883,47)		
(-) Bolsas Filantrópicas Parciais ProUni – Educação Superior	<b>13</b>	-	-	(210.843,56)	-	(210.843,56)	(423.593,08)		
(-) Devoluções e Cancelamentos – Educação Superior		-	-	(180.213,24)	-	(180.213,24)	(263.990,06)		
(-) Descontos e Abatimentos – Educação Superior		-	-	(3.379.573,02)	-	(3.379.573,02)	(2.311.179,14)		
(-) Assistência Educacional Funcional – Educação Pós-Graduação		-	-	(27.138,13)	-	(27.138,13)	(49.767,17)		
(-) Assistência Educacional Parciais – Educação Pós-Graduação		-	-	-	-	-	(635,36)		
<b>Receitas de anuidades escolares – Educação Superior</b>		-	-	<b>36.617.401,88</b>	-	<b>36.617.401,88</b>	<b>35.708.938,45</b>		
Outras receitas escolares		-	-	1.301.078,95	-	1.301.078,95	363.446,77		
Receitas com subvenções	<b>9</b>	-	1.251.834,12	61.173,24	-	1.313.007,36	884.871,48		
Receitas patrimoniais (aluguéis)		2.037.360,55	-	101.902,02	-	2.139.262,57	16.677.421,37		
Receitas com doações e promoções		4.201.175,27	-	59.516,05	0,36	4.260.691,68	5.040.034,73		
Receita com venda patrimonial		-	-	16.057,00	-	16.057,00	626.542,18		
Receita com imunidade usufruída	<b>16</b>	1.353.156,18	220.633,58	4.896.279,97	25.692,03	6.495.761,76	6.715.343,81		
Receitas com Vendas da Loja	<b>19</b>	-	-	-	6.627.894,66	6.627.894,66	8.919.550,53		
Outras receitas	<b>5U</b>	2.486.961,30	15.341,81	1.402.824,86	45.711,31	81.783.759,26	4.979.968,19		
Trabalho Voluntário	<b>17</b>	644.867,76	-	1.560.587,64	-	2.205.455,40	2.756.447,25		
(-) Descontos e Abatimentos		-	-	-	-	-	(49.134,62)		
<b>(-) Custo dos Serviços Prestados – Educação Superior</b>	<b>15</b>	-	-	<b>(20.014.504,98)</b>	-	<b>(20.014.504,98)</b>	<b>(20.490.166,91)</b>		
<b>(-) Custo dos Serviços Prestados</b>		-	(1.258.248,09)	-	-	(1.258.248,09)	(877.098,29)		
<b>(-) Custo da Mercadoria Vendida e Deduções</b>		-	-	-	(5.680.018,93)	(5.680.018,93)	(5.456.237,90)		
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>10.723.521,06</b>	<b>229.561,42</b>	<b>26.002.316,63</b>	<b>1.019.279,43</b>	<b>37.974.678,54</b>	<b>55.799.927,04</b>		
Despesas administrativas		(2.216.144,74)	(208.441,83)	(5.642.169,00)	(124.174,08)	(8.190.929,65)	(5.917.098,62)		
Despesas com pessoal	<b>15</b>	(8.120.230,78)	-	(9.855.071,91)	(165.507,81)	(18.140.810,50)	(20.527.407,84)		
Despesas de manutenção		(1.491.233,15)	(80.369,61)	(2.857.395,29)	(60.725,17)	(4.489.723,22)	(6.270.519,25)		
Despesas adicionais terceirizadas		(1.596.431,08)	(25.439,04)	(2.537.361,08)	(22.622,22)	(4.181.853,42)	(6.699.198,77)		
Despesas tributárias e contribuições		(100.875,73)	(123,80)	(91.273,41)	(276,45)	(192.549,39)	(196.619,02)		
Despesas com depreciação/amortização		(7.381.826,81)	(11.474,75)	(3.140.291,42)	(462,94)	(10.534.055,92)	(16.973.678,77)		
Despesa com religiosas		(3.367.362,75)	-	(119.305,68)	-	(3.486.668,43)	(6.189.798,13)		
Despesa com venda/baixa patrimonial		-	-	-	-	-	(858.780,12)		
Despesas provisão para contingências	<b>10</b>	-	-	(1.350.373,30)	-	(1.350.373,30)	(646.457,42)		
Despesas estimativa para crédito de liquidação duvidosa	<b>5I</b>	-	-	(529.480,65)	-	(529.480,65)	(749.439,02)		
Perdas e danos		(2.041.158,76)	(706,48)	(217.568,26)	(4.188,20)	(2.263.621,70)	(3.822.351,23)		
Trabalho Voluntário	<b>17</b>	(644.867,76)	-	(1.560.587,64)	-	(2.205.455,40)	(2.756.447,25)		
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>(16.236.610,50)</b>	<b>(96.994,09)</b>	<b>(1.898.561,01)</b>	<b>641.322,56</b>	<b>(17.590.843,04)</b>	<b>(15.807.868,40)</b>		
Receitas financeiras		3.865.516,51	88,10	4.963.293,19	167.534,77	8.996.432,57	6.294.310,54		
Despesas financeiras		(91.322,30)	(7.758,48)	(108.330,87)	(58.737,96)	(262.149,61)	(262.320,45)		
<b>DÉFICIT/SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS</b>		<b>(12.462.416,29)</b>	<b>(104.664,47)</b>	<b>2.956.401,31</b>	<b>750.119,37</b>	<b>(8.860.560,08)</b>	<b>(9.775.878,31)</b>		

#### Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

1- Atividades Operacionais	2022		2021		2022		2021	
Déficit/Superávit dos Exercícios	(8.860.560,08)	(9.775.878,31)			(288.941,05)	1.423.447,18		
Depreciação e Amortização	(103.308.081,13)	(404.543,73)			(65.245.957,32)	112.669.845,58		
Estimativa Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(809.624,62)	(2.494.637,15)			130.011,57	(209.771,48)		
Ajustes de Exercícios Anteriores	191.283,94	(41.722,91)			79.725,39	(199.211,89)		
Cisão Parcial	(207.127.988,37)	(220.452.869,67)			(828.999,38)	679.531,15		
<b>Superávit/Déficit do Período Ajustado</b>	<b>(319.914.970,26)</b>	<b>(233.169.651,77)</b>			<b>540.890,38</b>	<b>235.284,68</b>		
<b>Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC</b>					<b>(62.409,40)</b>	<b>(62.624,88)</b>		
Cilentes e Outros Recebíveis	10.354.263,91	(1.982.252,07)						
Estoques	1.520.713,67	(1.608.299,06)						
Outros Ativos Circulantes	128.582,72							

... continuação

**Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)				
Contas Especificações	Patrimônio Social	Déficit/Superávit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>256.529.718,57</b>	<b>(7.042.703,62)</b>	<b>295.179.773,85</b>	<b>544.666.788,80</b>
Incorporação do Déficit	(7.042.703,62)	7.042.703,62	-	-
Cisão Parcial	(220.452.869,67)	-	-	(220.452.869,67)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(41.722,91)	-	-	(41.722,91)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	59.280.994,35	-	(59.280.994,35)	-
Déficit do Exercício	-	(9.775.878,31)	-	(9.775.878,31)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>88.273.416,72</b>	<b>(9.775.878,31)</b>	<b>235.898.779,50</b>	<b>314.396.317,91</b>
Incorporação do Déficit	(9.775.878,31)	9.775.878,31	-	-
Cisão Parcial	(207.127.988,37)	-	-	(207.127.988,37)
Ajuste de Exercícios Anteriores	191.283,94	-	-	191.283,94
Ajuste de Avaliação Patrimonial	210.222.925,28	-	(210.222.925,28)	-
Déficit do Exercício	-	(8.860.560,08)	-	(8.860.560,08)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>81.783.759,26</b>	<b>(8.860.560,08)</b>	<b>25.675.854,22</b>	<b>98.599.053,40</b>

**Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 (Valores Expressos em R\$)**

**1. Contexto operacional** – O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus – IASCJ é uma pessoa jurídica de direito privado de fins educacionais, assistenciais, culturais, filantrópicos e beneficente, que tem duração por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ sob nº 61.015.087/0001-65, com sede na Rua Coronel Melo de Oliveira, 221 na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Declarado como de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 6.434, de 27 de outubro de 1961, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27/10/1961, tendo por finalidade prestar a assistência social à infância, adolescência e aos idosos carentes, promover a educação e o ensino, desenvolver a promoção social da coletividade e estimular a disseminação da cultura nessa mesma coletividade. O IASCJ é uma Entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, nº 23000.010294/2012-25, o qual foi publicado o Deferimento pela Portaria nº 30, de 05/02/2020, sendo o período de validade desta renovação 01/01/2013 a 31/12/2015. O pedido de renovação foi encaminhado ao MEC tempestivamente em 07/12/2015 conforme processo nº 23000.022264/2015-12 para respaldar o período de 01/01/2016 a 31/12/2018, posteriormente em 18/12/2018, foi encaminhado ao MEC conforme processo nº 23000.041226/2018-01 para respaldar o período de 01/01/2019 a 31/12/2021, e em 25/11/2021, foi encaminhado ao MEC conforme processo nº 23000031143202100 para respaldar o período de 01/01/2022 a 31/12/2024. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** – Na elaboração das Demonstrações Contábeis de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL), que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002(R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em Nota Explicativa das Entidades sem finalidade de lucros. O IASCJ é imune à incidência de impostos por força do artigo 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. As Imunidades fiscais da Instituição são regidas pelas Leis nº 9.532/1997 (Imunidade ao IRPJ e CSLL), CF/88, artigo 195, § 7º (Não incidência de PIS e COFINS e Imunidade ao INSS Patronal), M.P. 2.158-35/01 artigo 13, inciso III (Alíquota de 1% sobre o PIS da Folha de Pagamento) e Lei Complementar nº 187/2021 (Imunidade ao INSS Patronal). Também são observadas: Lei nº 9.394/96, Lei nº 9.870/99, Lei nº 11.096/05, Decreto nº 6.308/07, Resolução CNAS nº 109/09, Resolução CNAS nº 16/10, Plano Nacional de Educação e Plano Nacional de Assistência Social, dentre outras políticas públicas aplicáveis conforme as atividades desenvolvidas pelas Entidades. O IASCJ é uma instituição educacional e/ou social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: • A Instituição é regida pela Constituição Federal; • A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; • Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); • Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo. O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevem-se: a) O IASCJ não remunera e não concede vantagens ou benefícios às conselheiras, instituidoras, integrantes de votos perpétuos e as candidatas ou diretoras, beneficiárias ou equivalentes, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas por este estatuto (artigo 47 do Estatuto Social); b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 41 do Estatuto Social); c) Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (artigo 53 do Estatuto Social). Na elaboração das Demonstrações Contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de estimativa para créditos de liquidação duvidosa, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Forma Jurídica Conforme a Legislação Vigente** – O IASCJ é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil. **4. Formalidade da Escrituração Contábil Resolução CFC nº 1.330/11 (ITG 2000) (R1)** – O IASCJ mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **5. Principais práticas contábeis – a) Apuração do resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.** As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC-TG 03 (R3)) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26 – ITG 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Estes incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata que apresentam risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimento em prazo menor que 90 dias (curto prazo), ou quando maior, seja destinada a atender compromissos de caixa de curto prazo; **c) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do Balanço; **d) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros; **e) Aplicações financeiras:** Foram registradas ao custo acrescido dos rendimentos correspondentes, por meio do resultado, auferidos até a data do Balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com taxas pactuadas com as instituições financeiras. São representadas por valores investidos em poupança e títulos privados (fundos de investimento e certificados de depósito bancário) com rentabilidade média equivalente a 100% do “CDI”, resgatáveis em até 360 dias; **f) Mensalidades, títulos e direitos a receber:** Foram registradas pelo valor contratado reduzidos das gratuidades e descontos concedidos; **g) Estoques Resolução CFC nº 1.170/09 (NBC TG 16 (R2)):** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de consumo e revenda até a data do Balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2022 é de R\$ 2.040.127,32; **h) Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos e, quando necessário, reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização; **i) Estimativa p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (ECLD):** Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta estimativa foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, ou seja, com base nos prejuízos reais ocorridos em anos anteriores e assim atendendo a Resolução CFC nº 1409/12 (ITG 2002 (R1)) em seu item 14; **j) Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 8 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC – TG 27 (R4)), Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido; **k) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais; **l) Intangível:** Avaliado pelo custo de aquisição, sendo efetuada a amortização pelo método linear; **m) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do Balanço Patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação; **n) Provisões:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido; **o) Apropriação de Férias e Encargos:** Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço; **p) Apropriação de 13º Salário e Encargos:** Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço; **q) Imunidades:** O IASCJ é reconhecido como entidade imune da contribuição patronal devida ao INSS sobre a folha de pagamento e sobre serviços tomados de autônomos. As respectivas contribuições dos valores que seriam devidos são registradas em contas específicas de despesa, tendo como contrapartida o reconhecimento de um passivo. Depois de atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 187/2021 o reconhecimento da imunidade usufruída é registrado baixando-se o passivo em contrapartida ao grupo de receita com imunidade usufruída; **r) Subvenções e convênios:** Os recursos recebidos foram reconhecidos no passivo, sendo registrado como receita em função do cumprimento das obrigações por parte da Entidade ao longo do exercício, em confronto com as correspondentes despesas incorridas nos projetos, atendendo às disposições da Resolução CFC nº 1.305/10 NBC TG 07 (R2) – Subvenções e Assistência Governamentais e Resolução CFC nº 1.409/12, ITG 2002 (R1) Entidades Sem Finalidades de Lucros. Tais gastos foram registrados em contas específicas de despesas e centro de custo, segregando desta forma a assistência social praticada com recursos próprios e de terceiros; **s) Segregação de Atividades:** As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como, Instituto, Assistência Social, Educação e Mercantil; **t) Gratuidades:** O benefício concedido como gratuidade educacional, na concessão de bolsas integrais e parciais Lei Complementar nº 187/2021, por meio da prestação de serviços educacionais foi reconhecido pelo valor efetivamente praticado, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.409/12, ITG 2002 (R1) Entidades Sem Finalidades de Lucros. No âmbito da assistência social as gratuidades referem-se ao custo efetivo para a manutenção do serviço socioassistencial; **u) Outras Receitas:** Refere-se a ganhos judiciais, reversão de provisões e recuperação de despesas. **6. Adiantamentos Trabalhistas/Fornecedores**

Descrição	2022	2021
Adiantamento de salários	851,70	73,72
Adiantamento de férias	41.401,64	67.975,21
Adiantamento de viagens	-	5.245,19
Adiantamento a Convênios	6.732,20	5.864,04
Adiantamento a fornecedores	529.885,45	613.236,50
Adiantamento – Convênios Educacionais – EAD	38.857,59	-
<b>Total – Adiantamentos</b>	<b>617.728,58</b>	<b>692.394,66</b>

**Demonstração do Valor Adicionado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)**

	2022	%	2021	%
<b>Receitas</b>	<b>65.403.986,05</b>		<b>81.972.255,36</b>	
Receitas de Atividades Área Educacional	49.648.734,31		46.756.127,80	
Receitas Patrimoniais	2.139.262,57		16.677.421,37	
Outras Receitas	13.615.989,17		18.538.706,19	
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>24.177.693,41</b>		<b>31.153.642,56</b>	
Custos de Manutenção das Atividades	20.021.279,03		24.454.443,79	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.156.414,38		6.699.198,77	
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>41.226.292,64</b>		<b>50.818.612,80</b>	
Depreciações/Amortizações/ECLD	10.522.581,17		16.973.678,77	
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>30.703.711,47</b>		<b>33.844.934,03</b>	
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>				
Doações	4.260.691,68		5.040.034,73	
Subvenções	1.313.007,36		884.871,48	
Receitas Financeiras	8.996.432,57		6.294.310,54	
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>45.273.843,08</b>		<b>46.064.150,78</b>	
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Colaboradores	40.360.770,88	89,15	44.651.120,29	96,93
Agentes Financeiros	258.391,13	0,57	262.320,45	0,57
Assistência Social e Educacional	13.322.815,56	29,43	10.729.969,33	23,29
Governo	192.425,59	0,43	196.619,02	0,43
<b>Déficit/Superávit do Exercício</b>	<b>(8.860.560,08)</b>	<b>(19,57)</b>	<b>(9.775.878,31)</b>	<b>(21,22)</b>
<b>Valor Adicionado Total Distribuído</b>	<b>45.273.843,08</b>	<b>100,00</b>	<b>46.064.150,78</b>	<b>100,00</b>

**7. Estoques de Bens de Consumo e Revenda**

Descrição	2022	2021
Mercadorias para Revenda (Outros)	1.267.703,05	2.737.860,98
Material de Embalagem	2.351,00	2.351,00
Animais para Consumo	479.640,00	527.310,00
Almoxarifado	290.433,27	293.319,01
<b>Total – Estoques de bens de consumo e revenda</b>	<b>2.040.127,32</b>	<b>3.560.840,99</b>

**8. Imobilizado e Intangível** – Os Ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do Imobilizado e Intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei nº 11.638/07, Resolução do CFC nº 1.177/2009 (NBC TG 27 (R4)) e Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04 (R4)). No ano de 2012 a Entidade adotou novos percentuais de depreciação dos bens do Imobilizado e Intangível e assim se enquadrando na legislação vigente.

Conta	2022	Adição	Baixa	Cisão – Transferência	Depreciação	2021	
<b>Imobilizado</b>	<b>79.131.483,54</b>	<b>5.846.967,01</b>	<b>(167.201,24)</b>	<b>(378.337.391,49)</b>	<b>113.504.299,82</b>	<b>(10.328.430,45)</b>	<b>348.613.239,89</b>
Imóveis, Edif. e Terrenos	45.848.472,12	-	(325.151.308,50)	90.590.690,68	(6.057.374,75)	286.466.464,69	
Veículos	184.588,64	205.896,65	(80.281,44)	-	(100.817,69)	159.791,12	
Móveis	1.607.435,30	34.387,46	(909,13)	(7.029.389,40)	5.662.231,69	(583.980,98)	3.525.095,66
Utensílios	281.012,13	11.159,41	(1.267,78)	(1.832.532,38)	1.529.243,18	(112.619,81)	687.029,51
Máquinas e equipamentos	3.753.278,59	159.529,19	(41.924,19)	(7.648.019,94)	5.986.411,75	(1.068.871,56)	6.366.153,34
periféricos	775.746,25	101.086,96	(20.195,23)	(3.605.737,42)	3.472.191,19	(471.150,43)	1.299.551,18
Biblioteca	207.758,02	-	-	(389.234,49)	372.708,87	(90.021,46)	314.305,10
Material didático e áudio visual	137.041,89	-	(227,72)	(1.290.336,14)	1.058.910,14	(102.015,09)	470.710,70
Instrumentos musicais	151.188,52	5.035,00	-	(230.596,67)	159.575,65	(31.767,02)	248.941,56
Instalações	3.367.645,68	40.546,23	-	(913.294,69)	649.692,06	(867.934,22)	4.458.636,30
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	1.369.637,55	1.512.596,92	-	(30.230.017,45)	4.006.811,12	(780.287,08)	26.860.534,04
Equipamentos de estação TV e rádio	9,66	-	-	(16.924,41)	15.833,49	(242,11)	1.342,69
Adiantamento para imobilização	24.352,67	21.434,64	(21.434,64)	-	-	-	24.352,67
Construção em processo	21.227.294,01	3.755.294,55	(961,11)	-	-	-	17.472.960,57
Móveis – Com Restrição	7.689,89	-	-	-	-	(2.373,84)	10.063,73
Máquinas e Equipamentos – Com Restrição	165.269,02	-	-	-	-	(50.658,72)	215.927,74
Computadores e Periféricos – Com Restrição	0,00	-	-	-	-	(175,01)	175,01
Material Didático e Audiovisual – Com Restrição	23.063,60	-	-	-	-	(8.140,68)	31.204,28
<b>Intangível</b>	<b>157.664,38</b>	<b>-</b>	<b>(209.248,31)</b>	<b>203.717,58</b>	<b>(71.505,82)</b>	<b>234.700,93</b>	
Direito de uso de software	157.664,38	-	(209.248,31)	203.717,58	(71.505,82)	234.700,93	

**Total do Imobilizado + Intangível 79.289.147,92 5.846.967,01 (167.201,24) (378.546.639,80) 113.708.017,40 (10.399.936,27) 348.847.940,82**

**9. Subvenções e Convênios Públicos Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R2)) e Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1))** – São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1). A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Estadual e Municipal:

	Concedente		2022	2021
<b>Subvenção Movimentação Coração Multiplicado</b>				
Coração Multiplicado	Secretaria Municipal Bem Estar Social		56.996,18	57.038,93
<b>Total Estadual</b>			<b>56.996,18</b>	<b>57.038,93</b>
<b>Movimentação Coração Multiplicado</b>				
Coração Multiplicado	Secretaria Municipal Bem Estar Social		1.326.844,17	770.250,39
<b>Total Municipal</b>			<b>1.326.844,17</b>	<b>770.250,39</b>
<b>Total Geral Recebido</b>			<b>1.383.840,35</b>	<b>827.289,32</b>
<b>(+) Saldo Anterior a Aplicar</b>			<b>3.231,93</b>	<b>294.003,41</b>
<b>(-) Saldo a Aplicar</b>			<b>(133.243,50)</b>	<b>(3.231,93)</b>
<b>(-) Valor Devolvido</b>			<b>(3.354,62)</b>	<b>(295.814,20)</b>
<b>Total Geral Aplicado</b>			<b>1.250.474,16</b>	<b>822.246,60</b>

**10. Provisão Passivos e Ativos Contingentes (Resolução CFC nº 1.180/09 NBC TG 25 (R2))** – Em atendimento a Resolução CFC nº 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, foram registrados contabilmente os processos administrativos e judiciais (danos, trabalhistas e tributários).

	2022	2021
<b>Rubrica Contábil</b>		
Contingências por Danos	72.605,78	74.042,43
Contingências Trabalhistas	5.112.882,94	4.512.519,30
Contingências Fiscais	5.594,23	55.594,23
Contingência	70.021,50	78.058,11
<b>Total</b>	<b>5.261.104,45</b>	<b>4.720.214,07</b>

**11. Patrimônio Líquido** – O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período ocorrido, os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo,

## Publicidade Legal

Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus			
Demonstrativo de Proporcão 1/9 e 1/5			
	Ensino Superior		
Bolsas parciais (50%) – Prouni			32
Bolsas integrais (100%) – Prouni			727
Bolsas integrais (100%) – LC 187/21			17
<b>Total de Bolsas Integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (LC 187/21) em Dez/2022</b>			<b>760</b>
<b>Excedente de bolsas da entidade em Dez/2022</b>			<b>43</b>
Ressalta-se que as bolsas de estudo integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos da Lei Complementar nº 187/2021. 14. <b>Obrigações da Educação para Fins de Cebas – a) Cadastro nos sistemas de informação:</b> Conforme previsto no art. 18, § 1º, Inciso II da LC 187/2021, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Entidade estão informadas no Censo da Educação Superior (E-MEC). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Entidade mantém controles destas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema INEP. <b>b) Plano Nacional de Educação:</b> Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação – PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei No. 9.394/96), que está inserida e, como consequência, por elas regulamentadas. A Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214, da Constituição Federal. Em correspondência ao PNE, e cientes da responsabilidade educacional e social, o IASCSJ, empenha-se na operacionalização das diretrizes e metas educacionais nacionais, bem como no compromisso de oferecer uma educação de excelência. O IASCSJ tem por vocação consagrar-se à investigação, ao ensino e à formação dos estudantes, reafirmando a busca da verdade em todos os campos do conhecimento. <b>c) Análise do perfil socioeconômico:</b> O IASCSJ mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise Socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais. 15. <b>Adequação das Recultas com as Despesas com Pessoal – Nível Superior – O IASCSJ aplicou 61,78% de sua Receita de Mensalidades Escolares em Despesas com Pessoal, conforme demonstrado a seguir (valores extraídos da Demonstração do Resultado do Período de 2022) conforme parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação e conforme determina a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 27 letra "j".</b>			
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
Receita de Mensalidades Escolares de Nível Superior	48.347.655,36	46.389.773,16	
Custos e Despesas com Pessoal de Nível Superior	29.869.576,89	31.410.098,00	
Percentual de adequação (VI. Despesa ÷ VI. Receita)	61,78%	67,71%	
<b>16. Contribuições Sociais Usufruídas – Conforme a Lei Complementar nº 187/2021 a Entidade beneficiária certificada fará jus à imunidade do pagamento das contribuições sociais. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas e o montante do período que não foi recolhido.</b>			
<b>Contribuições Sociais Usufruídas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
INSS PATRONAL	6.495.761,76	6.715.343,81	
COFINS	1.223.347,39	1.212.064,71	
<b>Total</b>	<b>7.719.109,15</b>	<b>7.927.408,52</b>	
<b>17. Trabalho Voluntário – Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento com importante participação em várias ações realizadas pelas Entidades. A Entidade reconheceu em sua contabilidade, no período de janeiro a dezembro de 2022, os serviços dos membros de sua diretoria como trabalho voluntário. 18. Cobertura de Seguros – Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. 19. Atividade Mercantil – Visando fomentar recursos para o desenvolvimento dos objetivos sociais, a Entidade mantém atividades geradoras de recursos no âmbito da educação, trata-se de venda de materiais pedagógicos e uniformes na loja. Estas atividades estão devidamente segregadas contabilmente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1). 20. Formalização dos Serviços</b>			
<b>Ir. Márcia Cidreira</b> Presidente – CPF 088.707.678-50	<b>Prof. Dra. Ir. Adeli Weber</b> Ecônoma – CPF 718.663.709-44	<b>Paulo Henrique Navarro Marchioro Ribeiro</b> Contador CRC 1SP 254.244/O-1 CPF 220.300.208-50	

**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento

Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada

e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo-SP, 06 de abril de 2023.

**Audisa Auditores Associados – CRC/SP 2SP 024298/O-3**  
**Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior**  
Contador CRC/RS "S"-SP – 058.252/O-1  
CVM: Ato Declaratório nº 7710/04

PT-MCP Administração de Bem Próprio S/A.			
CNPJ/ME nº 14.221.379/0001-74			
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022 e 2021			
(Em milhares de Reais)			
Ativo	2022	2021	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.730</b>	<b>1.348</b>	
Títulos e Valores Mobiliários	1.726	1.336	
Cotas de fundos de investimentos	1.726	737	
Outros títulos de renda fixa	–	599	
<b>Outros Créditos</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	
Diversos	4	12	
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>131</b>	<b>779</b>	
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>131</b>	<b>779</b>	
Outros bens do imob de uso	6.481	6.481	
(Depreciações acumuladas)	(6.350)	(5.702)	
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.861</b>	<b>2.127</b>	
<b>Passivo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>8.131</b>	<b>7.842</b>	
<b>Outras Obrigações</b>	<b>8.131</b>	<b>7.842</b>	
Impostos e contribuições sobre salários	–	22	
Demais impostos e contribuições a recolher	4	3	
Provisões para pagamentos a efetuar	58	3	
Diversos	8.069	7.814	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(6.270)</b>	<b>(5.715)</b>	
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(6.270)	(5.715)	
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>(6.270)</b>	<b>(5.715)</b>	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.861</b>	<b>2.127</b>	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
(Em milhares de Reais)			
Eventos	Lucros ou Prejuízos	Total	
	Acumulados	2021	
<b>Saldos iniciais em 01/01/21</b>	(5.095)	(5.095)	
<b>Mutações do Período</b>	(620)	(620)	
Prejuízo do exercício	(620)	(620)	
<b>Saldos finais em 31/12/21</b>	<b>(5.715)</b>	<b>(5.715)</b>	
	Lucros ou Prejuízos	Total	
	Acumulados	2022	
<b>Saldos iniciais em 01/01/22</b>	(5.715)	(5.715)	
<b>Mutações do Período</b>	(555)	(555)	
Prejuízo do exercício	(555)	(555)	
<b>Saldos finais em 31/12/22</b>	<b>(6.270)</b>	<b>(6.270)</b>	
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>			
<b>1. Contexto Operacional – A empresa PT-MCP Administração de Bem Próprio S.A. foi constituída em 10 de agosto de 2011, e tem por objetivo a administração de bem próprio. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações</b>			
Demonstração do Resultado do Exercício (Em milhares de Reais)			
	2022	2021	
Despesas/Receitas Operacionais	(652)	(651)	
Despesas Gerais e Administrativas	(652)	(649)	
Despesas tributárias	(4)	(1)	
Despesas de depreciação e amortização	(648)	(648)	
Outras Despesas Operacionais	–	(2)	
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>(652)</b>	<b>(651)</b>	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>97</b>	<b>31</b>	
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>97</b>	<b>31</b>	
Rendas de títulos e valores mobiliários	97	31	
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(555)</b>	<b>(620)</b>	
<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(555)</b>	<b>(620)</b>	
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	–	(620)	
Atribuído a Sócios Não Controladores	–	–	
Nº de Ações	100	100	
Lucro (prejuízo) por Ação:	(5.551,77)	(6.198,75)	
e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).			
<b>3. Principais Práticas Contábeis – 3.1. Apuração do resultado:</b> As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência.			
<b>3.2. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo:</b> Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas.			
<b>3.3. Imobilizado:</b> O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para Sistema de Processamento de Dados; 10% a.a. para Aeronave; e, 10% a.a. para os demais bens. <b>3.4. Provisão para imposto de Renda e Contribuição Social:</b> O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente.			
<b>4. Composição de Saldos Relevantes</b>			
Ativo Circulante	2022	2021	
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>1.726</b>	<b>1.336</b>	
Cotas de fundos de investimentos	1.726	737	
Certificado de depósitos bancários	–	599	
<b>Outros Créditos – Diversos</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	
Impostos e contribuições a compensar	4	6	
Pagamento a ressarcar	–	–	
Pedido de restituição	–	6	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
<b>Outras obrigações</b>	<b>8.131</b>	<b>7.842</b>	
Impostos e contribuições sobre salário	–	22	
Demais impostos e contribuições a recolher	4	3	
Provisão de pgto. a efetuar	58	3	
Credores diversos	8.069	7.814	
Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de Reais)			
	2022	2021	
<b>Resultado do Período</b>	<b>(555)</b>	<b>(620)</b>	
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>(555)</b>	<b>(620)</b>	
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)			
	2022	2021	
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>93</b>	<b>28</b>	
Prejuízo do período	(555)	(620)	
Depreciações e amortizações	648	648	
<b>Varição de Ativos e Obrigações</b>	<b>(93)</b>	<b>(30)</b>	
(Aumento) diminuição de títulos e valores mobiliários	(390)	(451)	
(Aumento) diminuição de outros créditos	8	351	
Aumento (diminuição) de outras obrigações	289	70	
Caixa líquido (aplicado) consumido nas atividades operacionais	–	(2)	
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>–</b>	<b>(2)</b>	
<b>Modificações na posição financeira</b>			
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	–	2	
No fim do exercício	–	–	
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>–</b>	<b>(2)</b>	
5. Imobilizado de Uso			
	2022	2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
<b>Imobilizado</b>			
Instalações	6	(6)	–
Móveis e Equipamentos	1	(1)	–
Sistema de Comunicação	3	(2)	1
<b>Sistema de Transportes</b>	<b>6.471</b>	<b>(6.341)</b>	<b>(130)</b>
Aeronave	6.471	(6.341)	130
<b>Total</b>	<b>6.481</b>	<b>(6.350)</b>	<b>131</b>
<b>6. Patrimônio Líquido – O capital social subscrito é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 ações todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, a integralizar pelos acionistas. Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 7. Juros de Capital Próprio – Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi pago juros sobre capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. 8. Contingências – Impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.</b>			
A Diretoria			
<b>Reinaldo Dantas</b>			
Contador CRC 1SP 110.330/O-6			

Faça um orçamento conosco:

comercial  
@datamercantil.  
com.br

E acesse nosso site:

datamercantil.  
com.br

## Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.

CNPJ/MF nº 02.502.234/0001-62

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancão Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
	Notas	Controladora	Consolidado	Nota	Capital	Reserva	Plano de opções	Reserva de	Ajuste acumulado	Participação de não	Total Patrimônio
	Explicativas	2022	2021	Explicativa	social	Legal	de ações	Lucros	de conversão	controladores	Líquido
<b>Ativo</b>											
<b>Circulante</b>		105.856	225.162		521	—	1.145	12.360	—	—	14.026
Caixa e equivalentes de caixa	3	58.597	69.635		—	—	—	15.639	—	—	15.639
Contas a receber	10	46.176	154.203		—	—	704	(104)	—	—	704
Outros créditos		69	90		—	104	—	(7.229)	—	—	(7.229)
Outros créditos		1.014	1.234		—	—	—	—	—	—	—
<b>Não Circulante</b>		6.676	5.471		521	104	1.849	20.666	—	1.034	23.140
Outros créditos		—	—		—	—	—	(52)	—	—	—
Investimentos	4	4.762	2.680		—	—	—	(20.614)	—	—	(20.614)
Imobilizado	5	1.195	2.106		—	—	—	—	—	—	—
Intangível	6	719	685		—	—	—	—	(1.044)	—	(1.044)
<b>Total do ativo</b>		<b>112.532</b>	<b>230.633</b>		<b>521</b>	<b>156</b>	<b>2.738</b>	<b>32.743</b>	<b>(1.044)</b>	<b>1.034</b>	<b>36.148</b>
		Notas	Controladora	Consolidado	Demonstração do Resultado						
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		2022	2021	2022							
<b>Circulante</b>		81.115	207.251	175.261							
Frete para remessa	10	77.517	201.394	157.906							
Obrigações tributárias	7	1.867	3.633	7.221							
Salários a pagar e provisão para pagamentos		978	1.471	4.147							
Arrendamento a pagar		753	753	921							
Fornecedores		—	—	2.825							
Adiantamento de clientes		—	—	1.557							
Empréstimos e financiamentos		—	—	122							
Outras contas a pagar		—	—	562							
<b>Não Circulante</b>		242	242	555							
Arrendamento a pagar		—	—	217							
Salários a pagar e provisão para pagamentos		—	—	96							
Provisão para riscos	8	242	242	242							
<b>Patrimônio Líquido</b>		31.175	23.140	36.148							
Capital social	11	521	521	521							
Plano de opções de ações	11	2.219	1.849	2.738							
Reserva legal		156	104	156							
Reserva de lucros		28.279	20.666	32.743							
Ajuste acumulado de conversão		—	—	(1.044)							
Participação de não controladores		—	—	1.034							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>112.532</b>	<b>230.633</b>	<b>211.964</b>	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A. (“Cosco” e/ou “Companhia”) tem como objetivo principal a prestação de serviços de agenciamento, planejamento, coordenação e acompanhamento do transporte de cargas nos seguintes modos e fases – rodoviário, marítimo, fluvial, lacustre e/ou ferroviário, a prestação de serviços de intermediação para transporte rodoviário de contêineres e serviços de carga em geral, paleteização, embalagem e reparação de contêineres e montagens de negócios afins, relação de exploração portuária, na qualidade de operador portuário, entendidas assim a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes do transporte aquaviário realizado em porto organizado, uma consultoria em operações de comércio exterior de desembarque e contratos de seguro para a exportação, importação e procedimentos aduaneiros com especial ou atípico, o comissário geral. A Cosco foi constituída sob as leis do Brasil, localizada na Avenida Paulista, nº 1337, 18º andar – 181/182 onde por determinação da Diretoria poderão ser instaladas ou destituídas agências, filiais e afiliadas em todo o território nacional ou no exterior, observadas as formalidades legais que se estabelecerem no atendimento às destinações do Capital. Em janeiro de 2021, a Cosco iniciou suas operações no Equador, por meio de Operação Conjunta com a Agência Del Pacifico Delpac S.A., com 70% de participação e investimento inicial de US\$ 210 mil. Essa empresa terá como atividades a prestação de serviços de transporte marítimo e fluvial com embarcações próprias ou de terceiros; afretamento e operação de navios; afretamento, agenciamento e representação de navios, caminhões, consórcios ou agências, nacionais ou estrangeiros; operações portuárias de carga, descarga, armazenagem, acondicionamento e paleteização, etiquetagem e controle de mercadorias; manutenção e limpeza de navios, barcos e caminhões utilizados em atividades de transporte fluvial, aéreo e terrestre. Em dezembro de 2022, a Cosco iniciou suas operações no Chile, por meio de Joint Operation com a Sociedade Marítima y Comercial Somarco Ltda., com participação de 75% e investimento inicial de US\$ 307 mil. A Empresa foi constituída a 6 de setembro de 1996 e tem como ramo de atividade a exploração e desenvolvimento de todo o tipo de negócios marítimos, tais como contratos de agenciamento ou representações de qualquer tipo de empresa dedicada ao transporte marítimo ou aéreo e, em geral, representar todo o tipo de empresas, estrangeiras e nacionais, e estabelecerem e operam armazéns gerais e depósitos de contêineres, compram, vendem, importam, exportam, vendem-me todos os tipos de mercadorias, por conta própria ou para terceiros, investem em todos os tipos de atividades relacionadas à propriedade, como mineração, silvicultura, agricultura, pesca, construção, financiamento, transporte e comércio, por conta própria ou alheia, e em geral, todo o tipo de atividades e celebrar todo o tipo de contratos necessários à concretização e desenvolvimento do negócio.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – 2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras, autorizando sua emissão em 03 de abril de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. 2.2. Uso de estimativas e julgamentos: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado para ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. 2.3. Moeda funcional: A moeda funcional da Companhia é a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera. As principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R\$ (reais); dessa forma, considera-se como moeda funcional a moeda local (reais). Conforme permitido pelo CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras, a Companhia também apresenta as demonstrações financeiras considerando o real como moeda de apresentação. Os seguintes procedimentos foram aplicados para apresentação em reais: • Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado foram convertidos pela taxa de câmbio em vigor ao final de cada período apresentado nestas demonstrações financeiras; • As receitas e despesas de cada demonstração do resultado abrangente e demonstração do resultado do exercício foram convertidas pela taxa de câmbio médio do período; e • Todas as diferenças de câmbio resultantes foram reconhecidas como ajuste acumulado de conversão para outros resultados abrangentes. 2.4. Principais políticas contábeis: (a) Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração: Conforme a IFRS 9/CPC 48, um ativo financeiro é classificado no reconhecimento inicial como: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo a IFRS 9/CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: Ativos financeiros ao custo amortizado – Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ou redução ao valor recuperável. A receita de juros e os ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • O instrumento de dívida é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e • Os termos contratuais do instrumento de dívida geram, em datas específicas, fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia são compostos por caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 3) e contas a receber (Nota explicativa nº 10) mensurados ao custo amortizado. Conforme a IFRS 9/CPC 48, os passivos financeiros são classificados por ocasião do reconhecimento inicial como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e os ganhos ou perdas líquidas, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos diretamente no resultado. Ganhos ou perdas no reconhecimento também são reconhecidos no resultado. Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por frete para remessa (Nota explicativa nº 10), os quais são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. (b) Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significante de mudança de valor. São avaliadas pelo custo, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. (c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo preço de transação, deduzido da provisão para perda de crédito, quando necessário. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito com base na experiência histórica de perdas de crédito e nas projeções das premissas relacionadas. As perdas de crédito esperadas são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas à taxa de juros efetiva do ativo financeiro. De acordo com a substituição do modelo de perdas incorridas pelo modelo de perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está em conformidade com o modelo de perdas esperadas. (d) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões para perdas acumuladas. Um item do imobilizado é desreconhecido quando baixado. Quaisquer ganhos ou

perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados como a diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, sendo reconhecidos no resultado. Depreciação: As depreciações acumuladas foram calculadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício às taxas mencionadas na Nota explicativa nº 5. (e) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis referem-se, principalmente, a licenças de softwares, registradas de acordo com o CPC 4 (R1) – Ativo Intangível ao custo de constituição ou aquisição, deduzido da amortização e provisões para perdas acumuladas. Amortização: A amortização acumulada foi calculada pelo método linear e reconhecida no resultado do exercício às taxas mencionadas na Nota explicativa nº 6. (f) Investimento em coligadas: Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle ou o controle conjunto. Em geral, esse é o caso quando a Companhia detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial após, inicialmente, serem reconhecidos pelo seu valor de custo. (g) Ajustes a valor presente: São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustados somente pela inflação, sem juros. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados ajustes dessa natureza. (h) Contas a pagar a fornecedores: Registrados pelo valor nominal dos títulos representativos dessas obrigações, acrescido das variações cambiais, quando aplicáveis incorridas até a data de encerramento do exercício. (i) Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As despesas ou reversões relativas a quaisquer provisões são reconhecidas no resultado do exercício. (j) Imposto de renda e contribuição social: O resultado com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes, os quais são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (CSLL), limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o lucro tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. É calculado com base nas alíquotas fiscais vigentes. (k) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como consequência de um evento passado, e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. Eles incluem, quando aplicável, encargos, correção monetária e variações cambiais incorridos. (l) Redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”): Ativos são avaliados para identificar evidências de impairment atualmente ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Administração da Companhia avaliou seus ativos e verificou que não há indicadores internos ou externos de impairment. (m) Reconhecimento de receita: • As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. • A receita é mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia. • As receitas são mensuradas líquidas de impostos sobre vendas, devoluções, descontos e abatimentos. • Em conformidade com o Pronunciamento 47 (Receta de Contratos com Clientes)/IFRS 15, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia reconhece suas receitas somente quando: (i) O valor da receita puder ser mensurado de forma confiável; (ii) For provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia; (iii) Os custos incorridos ou a incorrer relacionados à transação puderem ser mensurados de forma confiável. (n) Novas normas, alterações e interpretações: O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022, para as quais a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas, e não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras: Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020: efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37) – abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9 (CPC 48) – abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16 (CPC 06), abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41 (CPC 29) – abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. Alteração da norma IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. Alteração da norma IAS 37 (CPC 25) – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. Alteração da norma IFRS 3 (CPC 15): Referências a estrutura conceitual. Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou os CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis: Alteração da norma IAS 1 (CPC 26) e Divulgação de práticas contábeis – Divulgação de políticas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. Alteração da norma IAS 1 (CPC 26) – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. Alteração da norma IAS 8 (CPC 23) – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. Alteração da norma IAS 12 (CPC 32) – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2022	2021
Bancos	58.597	69.635
<b>Total</b>	<b>4.762</b>	<b>2.680</b>

4. Investimentos

	2022	2021
Cosco Shipping Lines Colômbia S.A.S	1.995	1.514
Cosco Shipping Lines Equador	1.166	1.166
Cosco Shipping Lines Chile	1.601	—
<b>Total</b>	<b>4.762</b>	<b>2.680</b>

Movimentação dos investimentos – Colômbia

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.514	—
Equivalência patrimonial	1.569	—
Distribuição de lucros	(93)	—
Variação cambial	(135)	—
Ajuste de conversão	—	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.995</b>	<b>—</b>

Descrição

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	801	—
Patrimônio líquido	780	—
Variação cambial	(67)	—
Ajuste de conversão	—	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.514</b>	<b>—</b>

Em agosto de 2019, a Cosco iniciou suas operações na Colômbia, por meio de Operação Conjunta com a Agência Oceanaria S.A.S, com 70% de participação e investimento inicial de US\$ 140 mil. O principal objetivo é a gestão e coordenação operacionais e comerciais de todas as atividades relacionadas aos navios da empresa de transporte marítimo Cosco Shipping Lines em portos colombianos. A Companhia, como agente geral da linha marítima na Colômbia, compromete-se a realizar a supervisão e o controle de todas as atividades, mercado, vendas e marketing de serviços, fatura, cobrança de frete e outros

Demonstração do Resultado Abrangente				
	Controladora	Consolidado		
	2022	2021	2022	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>28.279</b>	<b>15.639</b>	<b>32.743</b>	
Variação cambial sobre capital investido no exterior	—	(67)	—	
Ajuste de conversão	—	—	—	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>28.279</b>	<b>15.572</b>	<b>32.743</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora	Consolidado
	2021	2022
<b>Atividades operacionais</b>	<b>15.639</b>	<b>32.743</b>
Lucro líquido do exercício	15.639	32.743
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o gerado pelas atividades operacionais	—	—
Depreciação e amortização	1.139	1.025
Provisão para riscos	—	242
Patrimônio líquido	(780)	(1.569)
Variação cambial sobre capital investido no exterior	67	135
Provisão para plano de opção de ações	704	889
Participação não controladora	—	1.034
Ajuste de conversão	—	(1.044)
<b>Total</b>	<b>16.769</b>	<b>33.455</b>

Variação em ativos e passivos:

	2022	2021
Redução (aumento) em contas a receber	(87.798)	(82.680)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	701	(3.514)
Redução (aumento) em outras contas a receber	5.838	(6.207)
(Redução) aumento no frete para remessa	101.738	157.906
(Redução) aumento em obrigações tributárias	2.433	7.221
Redução (aumento) em salários a pagar e provisão para pagamentos	529	4.243
Redução (aumento) em adiantamento de clientes	—	1.557
Redução (aumento) em outras contas a pagar	—	562
Redução (aumento) em fornecedores	—	2.825
Redução (aumento) em alugueis a pagar	(382)	1.138
<b>Caixa líquido gerado nas operações</b>	<b>39.828</b>	<b>116.506</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>39.828</b>	<b>116.506</b>

Fluxo de caixa de atividades de investimentos

	2022	2021
Investimentos	(1.166)	(561)
Capital empresas investidas	—	2.526
Aquisição de bens do ativo imobilizado e ativos intangíveis	(500)	(4.035)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.666)</b>	<b>(2.070)</b>

Fluxo de caixa de atividades de financiamentos

	2022	2021
Distribuição de lucros	(7.229)	—
Empréstimos	—	122
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>(7.229)</b>	<b>122</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>30.933</b>	<b>114.558</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.702	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	69.635	114.558
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>30.933</b>	<b>114.558</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

encargos cobertos pelas taxas da linha marítima e o pagamento dos custos operacionais com os recursos da linha marítima. Em contraprestação pelos serviços de agenciamento, a linha marítima remunera a empresa com o pagamento de uma comissão.

Movimentação dos investimentos – Equador

	2022	2021
Saldo inicial em dezembro de 2021	1.166	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.166	—

## Publicidade Legal

... continuação

8. **Provisão para Riscos** – A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal dos negócios relacionados a processos tributários e cíveis. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Cosco constituiu provisão em montante suficiente para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento cujas chances de perda são consideradas prováveis:

Natureza da contingência	R\$	
	2022	2021
Fiscal	242	242
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui ações cíveis envolvendo risco de perda classificado pela Administração e seus assessores jurídicos como possível, no montante de US\$ 420 (R\$ 2.341) e US\$ 420 (R\$ 2.341) em 31 de dezembro de 2021. <b>9. Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes</b> – A reconciliação entre a despesa tributária calculada pelas alíquotas legais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social lançada sobre o lucro líquido está apresentada a seguir:		
	R\$	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	47.895	26.614
Dedução de imposto de renda e contribuição social	9.902	5.736
Lucro presumido	57.797	32.350
Despesa de contribuição social à alíquota nominal (9%)	5.198	2.912
Despesa de imposto de renda à alíquota estatutária (15%)	8.666	4.852
Despesa de imposto de renda à alíquota estatutária (10%) – adicional	5.752	3.211
<b>Total do resultado corrente de IRPJ e CSLL</b>	<b>19.616</b>	<b>10.975</b>

10. Armador	R\$	
	2022	2021
Contas a receber não liquidadas	56.582	155.705
Contas a receber estimadas	241	(70)
Contas a receber externas	4	69
Contas a receber internas	–	6
Temp a receber	(17.588)	(12.255)
Comissão estimada a receber – grupo	(24)	9
Provisões de contas a receber – a faturar	(217)	61
Outras contas a receber internas	12.233	12.198
Out-fundos de grupo	(27.406)	(36.657)
Outras contas a receber de cliente ex-grupo	3.489	25.935
Despesas pagas antecipadamente – grupo	18.862	9.202
Contas a receber	46.176	154.203
Provisões de contas a pagar – a faturar	(3)	(370)
Recebimentos antecipados – grupo	(5.811)	(6.629)
Recebimentos antecipados – ex-grupo	(3.069)	(2.931)
Contas a pagar – externas	(429)	(53)
Frete para remessa	(9.312)	(9.983)
Outras contas a pagar ex-grupo	(7.259)	(35.514)
Outras contas a pagar	(7.259)	(35.514)
Outras contas a pagar – Cosco	(60.946)	(155.897)
Contas a pagar – Cosco	(60.946)	(155.897)
<b>Total de frete para remessa</b>	<b>(77.517)</b>	<b>(201.394)</b>

**11. Patrimônio Líquido**

Descrição	Quantidade de ações	
	2022	2021
Capital social	521	521

**Plano de opção de compra de ações:** A Companhia optou por remunerar seus funcionários por meio de opções de compra de ações. Esse tipo de remuneração visa estimular os colaboradores a se comprometerem com a maximização do valor da Companhia, alinhando seus interesses aos dos acionistas. Em maio de 2019, a Cosco, por meio de reunião do Conselho de Administração, aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações – SOP. De acordo com o Programa de Incentivos de Opção de Compra de Ações, os participantes podem receber ações ordinárias emitidas pela Companhia. O Programa de Incentivos de Opção de Compra de Ações da Companhia estipula um Modelo Black-Scholes com algumas condições para opções de aquisição relacionadas ao mercado. Se as Condições de Exercício em relação ao período de exercício relevante não forem satisfeitas, o lote relevante de Opções de Ações caducará e será cancelado pela Companhia. As opções de compra de ações estão condicionadas ao cumprimento de dois anos de serviço após a data da outorga. No primeiro e segundo aniversários da data de outorga, 33% estará disponível para aquisição, e, no terceiro aniversário da data de outorga, 34%. De acordo

com o Plano Revisto, as Opções de Ações do Participante em questão só se tornarão exercíveis se o Participante tiver obtido uma nota de avaliação “qualificado” ou “equivalente a qualificado” ou superior, em oposição a “qualificado” ou acima, de acordo com a Programa de Incentivo de Opção de Compra de Ações, na sua avaliação de desempenho do exercício imediatamente anterior ao exercício das Opções de Ações realizado nos termos das Medidas de Avaliação. Todas as opções concedidas expiram em dez anos a partir da data de concessão dessas opções. Dessa forma, o período aquisitivo da Companhia é de dois anos, uma tranche para cada período aquisitivo, cada período de exercício tem um prazo de carência e para cada tranche a Companhia tem uma data de vencimento das opções outorgadas.

Posição do plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2022		
Número de série	Funcionário	Quantidade de ações
269	Li Zheng	689.000
270	Li Zheng	552.500
271	Li Zheng	448.500
349	Li Zheng	448.500
352	Li Zheng	448.500
<b>Total de ações</b>		<b>2.587.000</b>
<b>Valor total das ações em R\$</b>		<b>2.219</b>

Posição do plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2021		
Número de série	Funcionário	Quantidade de ações
269	Li Zheng	689.000
270	Li Zheng	552.500
271	Li Zheng	448.500
349	Li Zheng	448.500
352	Li Zheng	448.500
<b>Total de ações</b>		<b>2.587.000</b>
<b>Valor total das ações em R\$</b>		<b>1.849</b>

12. Receita Operacional Líquida	R\$	
	2022	2021
Receita bruta	47.373	41.382
Imposto sobre vendas	(1.869)	(1.652)
PIS	(379)	(292)
COFINS	(2.242)	(1.885)
	<b>42.883</b>	<b>37.753</b>

13. Despesas Administrativas	R\$	
	2022	2021
Despesas de pessoal	16.583	17.691
Manutenção e reparos	1.541	1.549
Depreciação/aluguel de escritório ou edifício	126	701
Viagens – passagens aéreas	181	43
Despesas diversas – despesa não dedutível	10.718	5.845
Entretenimento – deduções/negócios	310	202
Administração – publicidade	176	84

14. Resultado Financeiro, Líquido	R\$	
	2022	2021
Auditoria	45	45
Prestadores de serviços	82	78
Água e energia elétrica	255	402
E-mail/Internet	78	60
Despesas de correio e courier	105	139
Depreciação	11	23
Amortização	277	293
Outros aluguéis	198	145
Outras	1.008	208
	44	38
	<b>32.499</b>	<b>28.021</b>

Despesas financeiras	R\$	
	2022	2021
Despesa tributária-Imposto bancário	(8.757)	(9.328)

Despesa com juros-passivo de arrendamento	R\$	
	2022	2021
Perda cambial	(10)	(54)
	(73.202)	(75.041)
	<b>(81.969)</b>	<b>(84.423)</b>

Receitas financeiras	R\$	
	2022	2021
Instituição financeira	387	118
Atualização monetária	(73)	4
Ganho cambial	122.260	105.205
	<b>122.574</b>	<b>105.327</b>
	<b>40.605</b>	<b>20.904</b>

**15. Gestão de Riscos** – A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros, que são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os instrumentos financeiros para fins de proteção são contratados com base em uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende reduzir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação às condições vigentes no mercado. A Companhia não faz investimentos especulativos em derivativos ou em quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e políticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas. A Companhia está exposta aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

**Risco cambial:** A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras que estão expostas a flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os saldos. A Companhia monitora as variações ocorridas, mas não utiliza instrumentos financeiros de proteção cambial. **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em prejuízos como resultado da inadimplência de seus clientes. A selektividade de seus clientes, bem como o acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas e dos limites de posições individuais, são procedimentos adotados para minimizar problemas de inadimplência de seus recebíveis. **Risco de taxa de juros:** Surge da possibilidade de a Companhia incorrer em ganhos ou perdas devido a flutuações nas taxas de juros aplicadas aos seus ativos e passivos financeiros. Para diminuir esses riscos, a Companhia tem contratos para proteger os ativos e passivos financeiros por meio da aplicação de taxas pré-fixadas. **Risco de liquidez:** Este risco decorre da possibilidade de redução dos montantes destinados ao pagamento de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras de curto prazo passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir possíveis descasamentos entre a data de vencimento de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. **Risco operacional:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões corporativos de comportamento geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para o gerenciamento de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para adequada segregação de funções, incluindo autorização independente de transações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de transações; • Cumprimento de exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e ajuste de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências para relatar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; • Mitigação de risco, incluindo seguro, quando em vigor. **16. Cobertura de Seguros** – Os valores seguros são determinados e contratados em bases técnicas consideradas suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo não circulante e incluem cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e é considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Zheng Li – Diretor	
Nara Bueno Nunes da Silva – Contadora CRC/SP 157.448/0-6	

## Mesh Holding Investimentos e Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 38.351.174/0001-71 – NIRE 35.236.320.989

## 1ª Alteração de Contrato Social para Transformação em Sociedade Anônima

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **TC Hermes Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes**, constituído sob a forma de condomínio fechado, de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 578 de 30/08/2016, com sede em São Paulo-SP, na Rua Ferreira de Araújo, 221, 1º andar (parte), Pinheiros, CNPJ/ME nº 26.674.148/0001-03, administrado por **Paraty Capital Ltda.**, com sede em São Paulo-SP, na Rua Ferreira de Araújo, nº 221, 1º andar, Pinheiros, CNPJ/ME nº 18.313.996/0001-50, e NIRE 35.227.655.621, neste ato representada por **Fernando Tominato**, RG nº 17.351.522-8 (SSP/SP), e CPF/ME nº 176.179.558-98 (“**TC Hermes**”); único sócio da sociedade empresária limitada **Mesh Holding Investimentos e Participações Ltda.**, com sede em São Paulo-SP, na Avenida Paulista, nº 171, 4º andar, Bela Vista (“**Sociedade**”); e **SF Spitz Investimentos e Participações Ltda.**, com sede em São Paulo-SP, na Avenida Casa Verde, nº 463, Sala 02, Casa Verde, CNPJ/ME nº 28.223.484/0001-57 e NIRE 35.235.008.981, representada por seus administradores **Marcelo Cauby Novaes**, portador da Cédula de Identidade RG nº 47.885.998-3 (SSP/SP), e do CPF/ME sob o nº 228.709.868-23 e **André Luiz de Mello Freire**, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.681.686-9 (SSP/SP), e do CPF/ME sob o nº 307.458.908-65 (“**SF Spitz**”), que ora deseja ingressar na Sociedade; Resolvem alterar o contrato social da Sociedade para permitir o ingresso da SF Spitz e transformar a Sociedade em uma Sociedade Anônima, nos seguintes termos: **1. Da Cessão de Quotas.** 1.1. O sócio TC Hermes, neste ato, cede e transfere onerosamente 1 quota de sua titularidade, no valor nominal de R\$ 1,00, representativa do capital social da Sociedade, com tudo que a mesma representa, totalmente livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames, à SF Spitz, que ora ingressa na Sociedade. 1.2. Em razão da deliberação acima, o capital social da Sociedade passa a ser dividido da seguinte forma: **O capital da Sociedade é de R\$ 3.000,00, divididos em 3.000 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, sendo 2.999 quotas de titularidade do sócio TC Hermes Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes e 1 quota de titularidade da sócia SF Spitz Investimentos e Participações Ltda.**

**2. Da Transformação em Sociedade Anônima.** 2.1. Os sócios decidem transformar o tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima, sem solução de continuidade dos negócios sociais, nem alteração de sua personalidade jurídica. 2.2. Em decorrência da aprovação da transformação do tipo societário, os sócios (doravante denominados “**Acionistas**”) resolvem: **2.2.1.** Alterar a denominação social para **Mesh Holding Investimentos e Participações S.A.** (doravante denominada “**Companhia**”); **2.2.2.** Converter todas as 3.000 quotas representativas do capital social no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 3.000,00, em 3.000 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal, cujo preço de emissão é de R\$ 1,00 por ação, distribuídas entre os Acionistas da Companhia e totalmente integralizadas na forma do **Anexo I**. O depósito de 10% previsto pelo artigo 80, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, é dispensado, considerando que a totalidade das ações ordinárias emitidas pela Sociedade estão integralizadas no momento da transformação da sociedade limitada para sociedade anônima; **2.2.3.** Eleger os seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia, todos com mandato até 05/10/2022, sendo permitida a reeleição: (a) o Sr. **Marcelo Cauby Novaes**, acima qualificado; e (b) o Sr. **André Luiz de Mello Freire**, acima qualificado. Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura do termo de posse no livro próprio no prazo de 30 dias a contar da presente data. Fica registrado que, conforme declaração de desimpedimento que está arquivada na sede da Companhia, todos os membros da Diretoria ora eleitos declaram, expressamente, não estarem impedidos, por qualquer lei especial, de administrar a sociedade mercantil em virtude de condenação criminal de qualquer natureza, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; **2.2.4.** Fixar o valor da remuneração global dos administradores em até R\$ 24.000,00; e **2.2.5.** Aprovar o Estatuto Social da Companhia. E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 3 vias de igual teor. São Paulo, 30/10/2020. **Acionistas: TC Hermes Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes** Por: Fernando Tominato; **SF Spitz Investimentos e Participações Ltda.** Por: Marcelo Cauby Novaes e André Luiz de Mello Freire – Administradores. **Visto do advogado: Pedro Amaral Salles** – OAB/SP nº 211.548. **Anexo I. Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Objeto, Sede e Duração.** **Artigo 1º.** A **Mesh Holding Investimentos e Participações S.A.** (“**Companhia**”) é uma sociedade por ações, a qual deve ser governada e regida pelo presente Estatuto Social (“**Estatuto Social**”), pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), por acordo de acionistas arquivado em sua sede, se existente, e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** O objeto social da Companhia consiste na atividade de holding de instituições não financeiras (6462-0/00). **Artigo 3º.** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 171, 4º andar, Bela Vista, CEP 01311-904, podendo abrir ou encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos por deliberação da diretoria. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações.** **Artigo 4º.** O capital social da Companhia é de R\$ 3.000,00, divididos em 3.000,00 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. **§ 1º.** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 2º.** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, com o objetivo de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação. **Artigo 5º.** A Companhia pode, até o limite máximo permitido em lei e ainda que sem guardar proporção com as demais espécies ou classes de ações, criar ações preferenciais, com ou sem direito a voto, fixando

as respectivas características, preferências e vantagens. **Artigo 6º.** É assegurado direito de preferência aos acionistas para subscrição dos aumentos de capital da Companhia, na proporção do número de ações que possuírem. **§ 1º.** Os acionistas deverão manifestar seu interesse no exercício do direito de preferência previsto no presente artigo dentro do prazo de até 30 dias contados da deliberação do aumento, sendo o silêncio interpretado como renúncia ao referido direito. **§ 2º.** Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, os acionistas terão o prazo adicional de 10 dias para manifestar seu interesse na subscrição de eventuais sobras. **§ 3º.** Havendo mais de um acionista interessado na subscrição das sobras, cada um deles poderá exercer seu direito de preferência para subscrição dessas sobras na mesma proporção de ações da Companhia de que for titular, desconsideradas as participações dos demais acionistas. **Artigo 7º.** A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. **Artigo 8º.** Caso a Companhia venha a obter registro de companhia aberta categoria A, aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado, de modo a assegurar práticas de governança corporativa diferenciadas das previstas neste Estatuto Social, bem como nos incisos I a IV do Art. 8º da Instrução CVM nº 578/16. **Capítulo III – Assembleia Geral.** **Artigo 9º.** A Assembleia Geral de acionistas reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e sempre que os interesses sociais da Companhia ou a lei assim exigirem. **§ 1º.** A primeira convocação para a Assembleia Geral deverá ser realizada com no mínimo 8 dias de antecedência, e a segunda, com 5 dias. **§ 2º.** A Assembleia Geral será presidida por qualquer acionista ou qualquer dos Diretores, conforme for escolhido pela maioria simples dos acionistas presentes à Assembleia. O Presidente da Assembleia Geral convilará, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos. **Artigo 10º.** Os acionistas que se fizerem representar por procuradores deverão apresentar procurações com o reconhecimento de firma do outorgante. **Artigo 11º.** O quórum de instalação da Assembleia Geral, em primeira e em segunda convocação, será de acionistas representando a maioria do capital social votante. **Artigo 12º.** Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: (a) reformar este Estatuto Social; (b) suspender o exercício dos direitos dos acionistas; (c) deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social; (d) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (e) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial; (f) tomar as contas da Administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e analisar o parecer proposto por auditores independentes registrados na CVM; (g) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela Administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas; (h) eleger e destituir os membros da Diretoria e membros do Conselho Fiscal, quando existente; (i) fixar a remuneração global dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, quando aplicável; (j) aprovar a outorga de planos de opções de compra de ações; (k) aprovar a celebração de qualquer obrigação de não concorrência ou exclusividade vinculantes à Companhia ou qualquer subsidiária da Companhia; (l) aprovar a incidência, alteração, modificação, refinanciamento ou mudança de termos relevantes, pela Companhia, de qualquer endividamento (ou uma série de transações relacionadas no mesmo exercício fiscal) envolvendo valores superiores a R\$ 5.000.000,00 por projeto; (m) aprovar a aquisição e/ou alienação de ativos em qualquer transação ou transações relacionadas dentro de um mesmo exercício fiscal, envolvendo valores superiores a R\$ 1.000.000,00; (n) aprovar a outorga de garantias, cauções ou avais; e (o) aprovar gastos de capital não contemplados no orçamento aprovados. **Artigo 13º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia. **Capítulo IV – Administração.** **Artigo 14º.** Os negócios e atividades da Companhia serão administrados pela Diretoria, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com os termos e condições deste Estatuto Social, bem como do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **Artigo 15º.** A administração da Companhia e de suas subsidiárias será conduzida por profissionais experientes que atendam a todas as exigências de qualificação necessárias para assumirem estas posições. **§ Único.** Os membros dos órgãos de administração da Companhia e das subsidiárias serão instruídos a enviar seus melhores esforços na busca de retorno sobre o capital empregado, eficiência, produtividade, segurança e competitividade com relação às atividades da Companhia e de suas subsidiárias. **Artigo 16º.** A Companhia, suas subsidiárias e cada um de seus respectivos Diretores (conforme definido abaixo), agentes, funcionários, bem como qualquer outra pessoa agindo em nome da Companhia ou de suas subsidiárias, deverá enviar seus melhores esforços – e deverá fazer com que as subsidiárias evitem seus melhores esforços – para manter bons padrões éticos, laborais, sociais e ambientais, a fim de evitar ou solucionar quaisquer danos que possam ser causados pela Companhia ou suas subsidiárias no exercício de suas atividades. **Artigo 17º.** A representação da Companhia cabe exclusivamente à Diretoria, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. **Artigo 18º.** A Diretoria é composta por no mínimo 2 Diretores, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, a qualquer tempo, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** Os Diretores não terão designação específica. **Artigo 19º.** No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, a Assembleia Geral, indicará o Diretor substituto dentre aqueles que compõem o quadro de Diretores. **Artigo 20º.** Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, se existente, as deliberações da Assembleia Geral, e a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Artigo 21º.** Observados os casos previstos nos parágrafos deste Artigo, a Companhia é representada e somente é considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) isoladamente por 1 Diretor; ou (b) por 2 Diretores em conjunto; ou (c) por 1 Diretor em conjunto com um procurador. **§ 1º.** A Companhia pode ser representada por apenas 1 Diretor na prática dos seguintes atos: (a) abrir e fechar contas bancárias da Companhia; (b) assumir qualquer obrigação em nome da Companhia até o limite de R\$ 1.000.000,00 por transação ou por série de transações

relacionadas, assinando, emitindo, endossando, avaliando e autenticando todos e quaisquer documentos, inclusive os que importem em responsabilidade financeira para a Companhia, como, por exemplo, cheques, ordens de pagamento, notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas, contratos, escrituras, cauções e fianças; (c) admitir ou demitir empregado e/ou prestadores de serviço, bem como resolver todos os assuntos pertinentes aos empregados e/ou prestadores de serviço; (d) representar a Companhia em juízo e perante quaisquer autoridades públicas, entidades autárquicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, INSS, instituições financeiras, entidades privadas em geral; (e) representar a Companhia na qualidade de sócia, acionista ou cotista de sociedades ou de fundos de investimento, bem como em empreendimentos organizados na forma de consórcio, condomínio, *joint venture* ou qualquer outra forma legalmente admitida; (f) admitir ou demitir empregados e resolver todos os assuntos pertinentes aos empregados da Companhia; e (g) dar e receber quitação, transgir, acordar e desistir. **§ 2º.** A Companhia deve ser representada por 2 Diretores ou 1 Diretor em conjunto com 1 procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos: (a) abrir ou encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos; (b) assumir qualquer obrigação em nome da Companhia acima de R\$ 1.000.000,00 por transação ou por série de transações relacionadas, assinando, emitindo, endossando, avaliando e autenticando todos e quaisquer documentos, inclusive os que importem em responsabilidade financeira para a Companhia, como, por exemplo, cheques, ordens de pagamento, notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas, contratos, escrituras, cauções e fianças; e (c) vender ou hipotecar ou, de qualquer forma, alienar ou onerar bens imóveis da Companhia. **§ 3º.** A prática pelos Diretores de atos relacionados às matérias de competência da Assembleia Geral dependerá de prévia e expressa aprovação do referido órgão, nos termos do artigo 13º deste Estatuto Social. **§ 4º.** A Assembleia Geral pode autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhia pela assinatura de apenas 1 Diretor ou 1 procurador regularmente constituído, ou, ainda, estabelecer competência e alçada para a prática de atos por um único representante. **§ 5º.** As procurações terão poderes específicos e serão outorgadas ou revogadas por 2 Diretores e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo de vigência superior a 1 ano. **Capítulo VI – Conselho Fiscal.** **Artigo 22º.** A Companhia tem um Conselho Fiscal não permanente. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal será constituído por 3 membros titulares, eleitos pela Assembleia Geral. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros.** **Artigo 23º.** O exercício social da Companhia terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, findo o qual a administração fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício, que serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício. **§ 1º.** A Companhia levantará ainda, balanços semestrais, podendo aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, respeitadas as limitações legais. **§ 2º.** A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá: (i) levantar balanços trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral. **§ 3º.** A Companhia poderá, ainda, *ad referendum* da Assembleia Geral, pagar ou creditar juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços ou de lucros acumulados, devendo tais juros sobre capital próprio ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 25º deste Estatuto Social. **Artigo 24º.** O lucro líquido apurado anualmente, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, terá a seguinte destinação: (a) 5% para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social; e (b) o valor necessário para o pagamento dos dividendos previstos no Artigo 25º. **Artigo 25º.** A Companhia distribuirá, anualmente, como dividendo mínimo obrigatório, para as ações ordinárias, 5% do lucro líquido apurado, devidamente ajustado na forma da lei e deste Estatuto Social. **Artigo 26º.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, os dividendos atribuídos prescreverão em favor da Companhia. **Capítulo VIII – Liquidação.** **Artigo 27º.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX – Lei Aplicável e Resolução de Disputas.** **Artigo 28º.** Este Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 29º.** Os casos omissos do presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a legislação vigente. **Artigo 30º.** A Companhia, seus acionistas, diretores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, em eventual Acordo de Acionistas, e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento da Companhia, por meio de arbitragem, conforme disposto neste capítulo. **§ Único.** O arbitragem deverá ser conduzida de acordo com a Lei Brasileira de Arbitragem (Lei nº 9.307/96), conforme alterada, e com as normas do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, o qual será responsável pela condução do procedimento arbitral. Caso o Regulamento Arbitral do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá contenha qualquer falha no procedimento, as disposições processuais da Lei nº 9.307/96, conforme alterada, e do Código Civil Brasileiro serão aplicáveis, nesta ordem. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro

**QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas**

CNPJ/MF nº 13.733.490/0001-87

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS				
Ativo	Controladora		Consolidado		Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Circulante	80.187.745	165.143.234	108.362.506	185.178.194	174.993.340	146.951.856	259.732.106	204.734.095	
Caixa e equivalentes a caixa	49.175.274	140.808.549	51.253.805	142.701.819	(75.331.331)	(69.252.949)	(104.720.731)	(89.774.788)	
Contas a receber	19.929.884	20.125.940	31.572.783	27.829.085	(9.720.384)	(5.746.818)	(13.674.496)	(9.067.512)	
Impostos e contribuições a recuperar	3.717.917	2.153.552	3.978.196	6.618.650	(85.051.714)	(74.999.768)	(118.395.227)	(98.842.300)	
Despesas antecipadas	503.052	58.434	709.850	238.181	89.941.626	71.952.088	141.336.879	105.891.795	
Adiantamentos a fornecedores	6.766.678	1.879.194	20.721.024	7.615.899	Lucro bruto	11.753.848	2.692.743	-	
Outros ativos	94.940	117.565	126.848	174.560	Resultado de equivalência patrimonial	(1.940.824)	(7.608.857)	(3.279.690)	
Não circulante	1.205.673.411	981.268.532	1.275.407.746	1.042.526.283	Perdas com baixas de ativos fixos	(44.817.262)	(38.401.795)	(75.960.729)	
Contas a receber	473.220	359.108	484.207	370.094	Despesas gerais e administrativas	54.937.387	28.634.179	62.096.460	
Partes relacionadas	526.376	539.104	-	-	Lucro operacional	(109.324)	(290.000)	(109.324)	
Receitas a faturar	13.292.504	13.648.037	36.570.419	29.309.333	Receitas (despesas) financeiras	9.934.753	9.763.503	11.888.120	
Outros ativos não circulantes	9.038.923	-	9.039.443	519	Receitas operacionais	(134.851.769)	(77.442.742)	(136.409.190)	
Ativo imobilizado	432.427.772	390.095.312	909.324.631	720.525.418	Despesas financeiras	(125.026.340)	(67.969.239)	(124.630.394)	
Ativos de direito de uso	327.923.738	301.209.941	319.989.046	292.320.919	Despesas financeiras, líquidas	(70.088.953)	(39.335.060)	(62.533.934)	
Investimento em empresas controladas	421.990.878	275.417.030	-	-	Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	-	-	(7.572.699)	
Total do ativo	1.285.861.156	1.146.411.766	1.383.770.251	1.227.704.478	IRPJ e CSLL Correntes	(70.088.953)	(39.335.060)	(70.088.953)	
Passivo e patrimônio líquido					Prejuízo do exercício	-	-	(70.088.953)	
Circulante	133.364.502	116.524.457	159.531.792	139.798.788	Total controladora	-	-	(70.088.953)	
Contas a pagar	14.854.310	10.523.531	22.646.585	16.582.980	Total não controladora	-	-	(17.680)	
Provisões	21.274.764	10.296.601	23.461.039	11.973.356	Quantidade de quotas:	29.601	29.601	29.601	
Partes relacionadas	-	-	-	-	Prejuízo básico e diluído por quota	(2.638)	(1.407)	(2.368)	
Obrigações trabalhistas	9.154.363	9.149.861	15.642.888	14.768.959	<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b>				
Debêntures	-	25.000.000	-	25.000.000	Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Passivos de arrendamento	85.598.515	58.942.136	92.889.760	63.326.550	Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL				
Impostos a pagar	2.453.633	2.601.700	4.521.498	7.753.581	Ajustes para conciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Outros passivos	28.917	10.627	370.022	393.362	Depreciação e amortização				
Não circulante	1.021.181.388	828.483.090	1.096.860.764	890.421.362	Amortização de arrendamento				
Debêntures	620.000.000	468.750.000	620.000.000	468.750.000	Reconhecimento de Juros arrendamento				
Passivos de arrendamento	290.749.245	279.093.556	274.175.280	264.594.962	Remensuração de arrendamento				
Provisão para desmobilização	71.380.403	50.891.647	119.373.700	88.434.318	Créditos de liquidação duvidosa				
Partes relacionadas	39.051.740	29.747.887	83.311.784	68.642.083	Perda na alienação de ativos				
Patrimônio líquido	131.315.266	201.404.219	127.377.695	197.484.327	Impairment Ativo Imobilizado				
Capital social integralizado	355.212.000	355.212.000	355.212.000	355.212.000	Despesa cumulativa - ARO				
Capital social a integralizar	(20.316.569)	(20.316.569)	(20.316.569)	(20.316.569)	Participação nos lucros da Controlada				
Lucros (prejuízos) acumulados	(203.580.165)	(133.491.212)	(203.580.165)	(133.491.212)	Diminuição (aumento) no ativo:				
	131.315.266	201.404.219	131.315.266	201.404.219	Contas a receber de clientes				
Capital social integralizado	-	-	24.010	24.010	Impostos a recuperar				
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	(3.961.581)	(3.943.902)	Partes relacionadas				
Participação dos não controladores	-	-	(3.937.571)	(3.919.892)	Receitas a faturar				
Total do passivo e patrimônio líquido	1.285.861.156	1.146.411.766	1.383.770.251	1.227.704.478	Outros ativos				
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b>					<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Prejuízo do exercício					Atribuível aos acionistas da Controladora				
Outros componentes do resultado abrangente					Capital social Integralizar				
Total do resultado abrangente do exercício					Capital a Integralizar				
Atribuível a Controladora					Prejuízos dos Sócios da Controladora				
Participação de não controladores					Participação dos não Controladores				
					Total do Patrimônio Líquido				
					Em 31/12/2020				
					Prejuízo do exercício				
					Em 31/12/2021				
					Prejuízo do exercício				
					Em 31/12/2022				

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: <https://datamercantil.com.br/>

Leven S/A				
CNPJ/MF nº 40.690.076/0001-00				
Balanco Patrimonial de 01/01/2022 a 31/12/2022 (Em Reais)				
Ativo	2022		2021	
	Ativo circulante	1.862.487,42	1.006.776,25	1.862.487,42
Disponibilidades	1.507.300,75	999.409,04	1.071.776,96	36.523,25
Bancos conta movimento	10,00	10,00	-	-
Aplicações financeiras	1.507.290,75	999.399,04	-	-
Direitos realizáveis a curto prazo	70.621,44	594,31	-	-
Cientes nacionais	23.544,33	-	-	-
Adiantamentos	2.243,31	-	-	-
Tributos e contrib. a compensar	44.833,80	594,31	-	-
Ativo não circulante	264.165,23	6.772,90	-	-
Imobilizado	264.165,23	6.772,90	-	-
Bens e direitos em uso	268.392,20	7.129,36	-	-
(-) Depreciação acumulada	(4.226,97)	(356,46)	-	-
Contas de compensação	20.400,00	-	-	-
<b>Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2022 a 31/12/2022 (Em Reais)</b>				
2022		2021		
Receitas	76.057,97	-	-	-
Receitas operacionais	76.057,97	-	-	-
Receita bruta com vendas e serviços	76.057,97	-	-	-
Receitas com serviços	76.057,97	-	-	-
Deduções das receitas c/vendas e serviço	(10.838,23)	-	-	-
Despesas operacionais	(2.000.369,95)	(1.009.735,34)	-	-
Despesas administrativas	(1.993.393,51)	(1.009.735,34)	-	-
Despesas trabalhistas	(211.581,49)	(45.358,63)	-	-
Despesas gerais	(1.781.812,02)	(964.376,71)	-	-
Despesas comerciais	(240.174,14)	-	-	-
Despesas operacionais tributárias	(6.976,44)	-	-	-
Impostos	(6.976,44)	-	-	-
(=) Resultado antes das receitas/despesas financeiras	(1.935.150,21)	(1.009.735,34)	-	-
(=) Resultado financeiro	284.981,81	(11,66)	-	-
<b>Passivo</b>				
2022		2021		
Passivo circulante	1.862.487,42	1.006.776,25	1.071.776,96	36.523,25
Fornecedores	58.353,68	-	-	-
Fornecedores	37.734,12	-	-	-
Fornecedores	20.619,56	-	-	-
Obrigações trabalhistas	32.542,02	6.453,26	-	-
Folha de pagamento de empregados	14.547,97	2.509,65	-	-
Encargos sociais a pagar	7.146,35	3.490,97	-	-
Provisões da folha de pagamento	10.847,70	452,64	-	-
Obrigações tributárias	6.281,26	69,99	-	-
Impostos retidos a recolher	653,21	61,36	-	-
Imp. e contribuições s/receitas	5.628,05	8,63	-	-
Contas a pagar	10.000,00	30.000,00	-	-
Outras contas a pagar	10.000,00	30.000,00	-	-
Patrimônio líquido	1.734.910,46	970.253,00	-	-
Capital	4.635.000,00	1.980.000,00	-	-
Ações	4.635.000,00	1.980.000,00	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	(2.900.089,54)	(1.009.747,00)	-	-
Contas de compensação	20.400,00	-	-	-
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2022 (Valores Em Reais)</b>				
<b>1. Contexto Operacional</b> – A empresa Fraction 031 Administração de Bem Próprio S.A. (Companhia) foi constituída em 20 de janeiro de 2022, e tem por objetivo a administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. A companhia poderá ainda participar de outras empresas ou entidades na qualidade de acionista, sócia ou associada. <b>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras</b> – As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). <b>3. Principais Práticas Contábeis</b> – <b>3.1. Apuração do resultado:</b> As				

Breno Figueiredo Pinheiro – Diretor  
José Augusto de Oliveira  
Contador CRC ISP 239.826/0-1

Fraction 031 Administração de Bem Próprio S.A.					
CNPJ/MF nº 44.949.935/0001-94					
Balanco Patrimonial (Em Reais)		Demonstração do Resultado (Em Reais)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)	
Ativo	2022		2022		Eventos
	Ativo Circulante	803.299,20	803.299,20	Despesas/Receitas Operacionais	
Outros Créditos	803.299,20	803.299,20	Despesas Gerais e Administrativas	(200,00)	Total
Diversos	803.299,20	803.299,20	Outras despesas administrativas	(200,00)	2022
Total do Ativo	803.299,20	803.299,20	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(200,00)	Saldos iniciais em 01/01/22
Passivo	803.299,20	803.299,20	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(200,00)	Mutações do Período
Passivo Circulante	803.499,20	803.499,20	Lucro/(Prejuízo) do Período	(200,00)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Outras Obrigações	803.499,20	803.499,20	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(200,00)	Saldos finais em 31/12/22
Diversos	803.499,20	803.499,20	Nº de Ações:	100	2022
Patrimônio Líquido	(200,00)	(200,00)	Lucro (prejuízo) por Ações:	(2,00)	Atividades Operacionais
Capital:	-	-	Demonstração do Resultado Abrangente	(200,00)	Lucro líquido (prejuízo) do período
De domiciliados no país	100,00	100,00	Ajustes de avaliação elegíveis à resultado	(200,00)	Varição de Ativos E Obrigações
(Capital a realizar)	(100,00)	(100,00)	Resultado do Período	(200,00)	200,00
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(200,00)	(200,00)	Resultado Abrangente	(200,00)	(Aumento) diminuição de outros créditos
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(200,00)	(200,00)	Resultado Abrangente	(200,00)	Aumento (diminuição) de outras obrigações
Total Passivo e Patrimônio Líquido	803.299,20	803.299,20	<b>Modificações na Posição Financeira</b>		
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2022 (Valores Em Reais)</b>					
<b>1. Contexto Operacional</b> – A empresa Fraction 031 Administração de Bem Próprio S.A. (Companhia) foi constituída em 20 de janeiro de 2022, e tem por objetivo a administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. A companhia poderá ainda participar de outras empresas ou entidades na qualidade de acionista, sócia ou associada. <b>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras</b> – As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). <b>3. Principais Práticas Contábeis</b> – <b>3.1. Apuração do resultado:</b> As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. <b>3.2. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo:</b> Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. <b>3.3. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:</b> O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente. <b>4. Patrimônio Líquido</b> – a) Capital Social: O capital social é de R\$ 100,00 (Cem reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reserva legal: Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. <b>5. Contingências</b> – Impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.					
<b>A Diretoria</b>					
Reinaldo Dantas Contador CRC ISP 110.330/0-6					

**Data Mercantil**

A melhor opção para sua empresa  
Faça um orçamento conosco:  
[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

Conheça nosso site:  
[datamercantil.com.br](https://datamercantil.com.br)





# Publicidade Legal

PP-NYM Administração de Bem Próprio S/A									
CNPJ/MF nº 23.568.430/0001-00									
Balço Patrimonial (Em Milhares de Reais)			Demonstração do Resultado (Em Milhares de Reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em Milhares de Reais)		
	2022	2021		2022	2021		2022	2021	
<b>Ativo</b>	<b>4.066</b>	<b>4.241</b>	Despesas/Receitas Operacionais	(1.594)	(1.584)	<b>Atividades Operacionais</b>	<b>310</b>	<b>71</b>	
Ativo Circulante	4.066	4.241	Despesas Gerais e Administrativas	(1.595)	(1.584)	Lucro líquido (prejuízo) do período	(1.270)	(1.509)	
Títulos e Valores Mobiliários	2.452	3.149	Despesas tributárias	(15)	(4)	Depreciações e amortizações	1.580	1.580	
Cotas de fundos de investimentos	1.716	2.391	Despesas de depreciação e amortização	(1.580)	(1.580)	<b>Varição de ativos e obrigações</b>	<b>(310)</b>	<b>(71)</b>	
Outros títulos de renda fixa	1.716	758	Outras Receitas Operacionais	1	-	(Aumento) diminuição de títulos e valores mobiliários	697	(323)	
Outros Créditos	1.614	1.092	<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>(1.594)</b>	<b>(1.584)</b>	(Aumento) diminuição de outros créditos	(522)	219	
Diversos	1.614	1.092	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>324</b>	<b>75</b>	Aumento (diminuição) de outras obrigações operacionais	(485)	33	
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>12.119</b>	<b>13.698</b>	<b>Receitas Financeiras</b>	<b>324</b>	<b>75</b>	<b>Caixa líquido (aplicado) consumido nas atividades operacionais</b>	<b>=</b>	<b>=</b>	
Imobilizado de Uso	12.119	13.698	Rendas de títulos e valores mobiliários	324	75	<b>Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>=</b>	<b>=</b>	
Outros bens do imob de uso	15.801	15.801	<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(1.270)</b>	<b>(1.509)</b>	<b>Modificações na Posição Financeira</b>			
(Depreciações acumuladas)	(3.682)	(2.103)	Prejuízo do Período	(1.270)	(1.509)	Caixa e equivalentes de caixa:			
<b>Total do Ativo</b>	<b>16.185</b>	<b>17.939</b>	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(1.016)	(1.207)	No início do exercício	-	-	
<b>Passivo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	Atribuído a Sócios Não Controladores	(254)	(302)	No fim do exercício	-	-	
Passivo Circulante	3.663	4.147	Nº de Ações	15.800.757	15.800.757	<b>Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>=</b>	<b>=</b>	
Outras Obrigações	3.663	4.147	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,080)	(0,095)				
Impostos e contribuições sobre salários	-	14	<b>Demonstração do Resultado Abrangente (Em Milhares de Reais)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>				
Demais impostos e contribuições a recolher	5	6	<b>Resultado do Período</b>	<b>(1.270)</b>	<b>(1.509)</b>				
Provisões para pagamentos a efetuar	35	8	<b>Resultado Abrangente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
Diversos	3.623	4.119	<b>Resultado Abrangente</b>	<b>(1.270)</b>	<b>(1.509)</b>				
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>12.522</b>	<b>13.793</b>							
Capital:	15.801	15.801							
De domiciliados no exterior	15.801	15.801							
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(3.279)	(2.009)							
<b>Patrimônio líquido atribuído aos controladores</b>	<b>10.018</b>	<b>11.034</b>							
Participação de não controladores	2.504	2.758							
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>16.185</b>	<b>17.939</b>							

## Mercado realiza lucros com exterior e taxas avançam, mas com queda na semana

**O**s juros futuros subiram ao longo de toda a estrutura a termo, sexta especialmente nos vértices intermediários, em movimento de realização de lucros após as quedas recentes. A correção se deu em meio à piora da percepção sobre a política monetária nos Estados Unidos que também pressionou para cima os retornos dos Treasuries, apoiada por indicadores, especialmente de inflação, e falas de dirigentes do Federal Reserve. A virada do dólar para a queda no meio da tarde não foi capaz de aliviar as taxas, que, no entanto, devolveram prêmios na semana em relação aos ajustes da quinta-feira da outra semana.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 fechou em 13,19%, de 13,15% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 avançou de 11,77% para 11,87%. O DI para janeiro de 2027 terminou com taxa de uu% (11,64% quinta) e a do DI para janeiro de 2029 encerrou em 12,05%, de 12,01%. Na semana, a ponta curta caiu 4 pontos, enquanto os longos fecharam 30 pontos.

O exterior foi o principal vetor a conduzir os negócios no mercado de juros. O destaque local, a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), mais fraca que o esperado, teve efeito pontual de baixa sobre as taxas no começo do dia. Depois acabou ficando em segundo plano, ofuscada por dados da economia americana divulgados ao longo da manhã, seguidos por declarações "hawkish" de dirigentes do Federal Reserve, que impulsionaram as chances de um alta de juro pelo Fed no encontro de maio para mais de 80% no termômetro das apostas do CME Group. O diretor do Fed Christopher Waller afirmou que a política monetária precisará continuar apertada por um período considerável – e por mais tempo que os mercados antecipam.

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.									
CNPJ/MF no 30.948.437/0001-12									
Relatório da Administração									
Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 05 de abril de 2023. <b>A Administração</b>									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores Expressos em Reais – R\$) de outra forma									
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	
<b>Ativo</b>	<b>18.983</b>	<b>5.835.873</b>	<b>Passivo</b>	<b>75</b>	<b>69</b>	<b>(-) Despesas (receitas) operacionais</b>	<b>12.016.457</b>	<b>15.241.755</b>	
Circulante	18.983	5.835.873	Circulante	75	69	Despesas administrativas e gerais	(39.745)	(50.021)	
Caixa e equivalentes de caixa	18.928	2.521	Obrigações tributárias	75	69	Despesas tributárias e fiscais	(2.270)	(677)	
Tributos a recuperar	55	-	<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	Resultado financeiro líquido	(1.207)	(1.338)	
Outros créditos	-	5.833.353	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>75.022.198</b>	<b>74.612.741</b>	Resultado da equivalência patrimonial	12.059.679	15.293.791	
<b>Não circulante</b>	<b>75.003.289</b>	<b>68.776.936</b>	Capital social	3.891.492	3.891.492	<b>Lucro do exercício</b>	<b>12.016.457</b>	<b>15.241.755</b>	
Investimentos	75.003.289	68.776.936	Reservas de lucros	71.130.706	70.721.249	<b>DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Total do ativo</b>	<b>75.022.273</b>	<b>74.612.810</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>75.022.273</b>	<b>74.612.810</b>				
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)									
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	
<b>Atividades operacionais</b>			Distribuição de lucro	(11.607.000)	(12.774.000)	<b>Patrimônio líq. em 31/12/20</b>	<b>3.891.492</b>	<b>68.253.494</b>	<b>72.144.986</b>
Resultado do exercício	12.016.457	15.241.755	Recebimentos de dividendos	5.833.325	12.809.983	Lucro do exercício	-	15.241.755	15.241.755
<b>Ajustes:</b>			<b>Caixa líquido - atividades financ.</b>	<b>(5.773.675)</b>	<b>35.983</b>	(-) Lucros distribuídos	-	(12.774.000)	(12.774.000)
Resultado de equivalência patrimonial	(12.059.679)	(15.293.791)	<b>Atividades de investimentos</b>			<b>Patrimônio líq. em 31/12/21</b>	<b>3.891.492</b>	<b>70.721.249</b>	<b>74.612.741</b>
Recursos gerados pelas atividades	(43.222)	(52.036)	<b>Caixa líquido - atividades investimentos</b>			Lucro do exercício	-	12.016.457	12.016.457
<b>Varições de ativos e passivos</b>			<b>Caixa líquido gerado pelas atividades</b>	<b>16.407</b>	<b>(16.065)</b>	(-) Lucros distribuídos	-	(11.607.000)	(11.607.000)
Outros créditos	5.833.353	(16)	<b>Disponibilidades</b>			<b>Patrimônio líq. em 31/12/22</b>	<b>3.891.492</b>	<b>71.130.706</b>	<b>75.022.198</b>
Tributos a recuperar	(55)	-	No início do exercício	2.521	18.586				
Obrigações tributárias	6	3	No fim do exercício	18.928	2.521				
<b>Caixa líquido - atividades operacionais</b>	<b>5.833.304</b>	<b>(13)</b>	<b>Varição das disponibilidades de caixa no período</b>	<b>16.407</b>	<b>(16.065)</b>				
<b>Atividades de financiamentos</b>									

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores da Wattana Empreendimentos e Participações S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Wattana Empreendimentos e Participações S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Wattana Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota 3 - e, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controladas pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS, esses investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião separada sobre esses assuntos. Em nossa auditoria não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício de 2.022. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, ou emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objetos de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que em lei ou regulamento, tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas a tal comunicação poderia, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de abril de 2023

Senso **Guilherme Rocha Castro Soares**  
 Auditores Independentes **Contador**  
 CRC nº 2SP 005977/O-9 **CRC nº 1SP 290.834/O-4**

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: <https://datamercantil.com.br/>



**LOG20 Logística S/A**

CNPJ/MF nº 13.631.347/0005-08 – Avenida Presidente Wilson nº 274, Bairro Mooca – São Paulo/SP – CEP 03.107-000

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)**

Balanco Patrimonial			Demonstração da Mutação Do Patrimônio Líquido				
Conta	2022	2021	Capital Social		Reservas	Lucros Acumulados	Total
<b>Ativo</b>	<b>256.687.944,22</b>	<b>208.825.407,60</b>	<b>39.911.846,00</b>	<b>6.942.273,00</b>	<b>1.206.375,19</b>	-	<b>41.118.221,19</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>105.078.154,05</b>	<b>100.942.654,50</b>	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	2.824.817,48	13.924.814,74	-	-	-	-	-
Caixa	66.943,26	79.321,46	-	-	-	-	-
Bancos conta movimento	2.757.874,22	13.845.493,28	-	-	-	-	-
Valores a receber	77.414.116,21	58.009.955,56	-	-	-	-	-
Clientes	77.414.116,21	58.009.955,56	-	-	-	-	-
Outros créditos	23.168.187,39	27.778.316,59	-	-	-	-	-
Adiantamentos	782.797,58	1.350.369,59	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	21.785.389,81	26.427.947,00	-	-	-	-	-
Empréstimos a receber	600.000,00	-	-	-	-	-	-
Aproprações	436.780,20	600.894,88	-	-	-	-	-
Estoques	1.234.252,77	628.672,73	-	-	-	-	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>151.609.790,17</b>	<b>107.882.753,10</b>	<b>46.854.119,00</b>	<b>26.799.662,00</b>	<b>31.229.296,93</b>	-	<b>78.083.415,93</b>
Ativo realizável a longo prazo	8.202.450,47	4.904.965,92	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	702.993,18	585.953,37	-	-	-	-	-
lcms a recuperar	7.499.457,29	4.319.012,55	-	-	-	-	-
Investimentos	569.964,53	520.929,57	-	-	-	-	-
Participações societárias	569.964,53	520.929,57	-	-	-	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>142.837.375,17</b>	<b>102.456.857,61</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>436.403,82</b>	<b>78.083.415,93</b>
Bens e direitos para uso	202.448.988,75	148.790.525,49	-	-	-	-	-
Veículos	198.682.476,02	147.095.632,51	-	-	-	-	-
Equipamentos de oficina	1.272.177,12	885.559,00	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	489.460,86	372.602,57	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	682.970,65	362.103,83	-	-	-	-	-
Maquinarias e equipamentos	57.727,58	57.727,58	-	-	-	-	-
Empilhadeiras	1.247.276,52	-	-	-	-	-	-
Benefitorias em imóveis de terceiros	16.900,00	16.900,00	-	-	-	-	-
<b>(-) Depreciação bens e direitos para uso</b>	<b>(59.712.199,93)</b>	<b>(46.413.001,31)</b>	<b>(46.854.119,00)</b>	<b>(7.000.000,00)</b>	<b>(7.000.000,00)</b>	<b>(436.403,82)</b>	<b>(78.083.415,93)</b>
(-) Depreciação veículos	(58.764.359,10)	(45.819.968,69)	-	-	-	-	-
(-) Equipamentos de oficina	(354.384,04)	(137.423,12)	-	-	-	-	-
(-) Depreciação equipamentos de informática	(315.748,77)	(265.260,33)	-	-	-	-	-
(-) Depreciação móveis e utensílios	(240.877,75)	(168.578,46)	-	-	-	-	-
(-) Depreciação maquinarias e equipamentos	(22.784,01)	(17.011,53)	-	-	-	-	-
(-) Depreciação empilhadeiras	(7.598,20)	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação em benfeitorias em imóveis de terceiros	(6.448,06)	(4.759,18)	-	-	-	-	-
<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>100.586,35</b>	<b>79.333,43</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>
Consórcios	100.586,35	79.333,43	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>256.687.944,22</b>	<b>208.825.407,60</b>	<b>39.911.846,00</b>	<b>6.942.273,00</b>	<b>1.206.375,19</b>	-	<b>41.118.221,19</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>70.670.603,14</b>	<b>58.101.151,82</b>	<b>39.911.846,00</b>	<b>6.942.273,00</b>	<b>1.206.375,19</b>	-	<b>41.118.221,19</b>
Financiamentos	36.007.139,63	27.555.676,66	-	-	-	-	-
Empréstimos	300.000,00	-	-	-	-	-	-
Consignatários	66.625,92	319.835,22	-	-	-	-	-
Fornecedores	11.743.698,94	9.318.593,24	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12.421.896,11	11.113.056,45	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	7.115.029,65	7.126.537,16	-	-	-	-	-
Outras obrigações a pagar	3.016.212,89	2.181.453,09	-	-	-	-	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>100.497.521,33</b>	<b>72.640.839,85</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>
Financiamentos a longo prazo	90.472.694,56	59.438.213,98	-	-	-	-	-
Outras provisões	10.024.826,77	12.515.084,22	-	-	-	-	-
Provisões contenciosas	-	687.541,65	-	-	-	-	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>85.519.819,75</b>	<b>78.083.415,93</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>
<b>Capital social</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>46.854.119,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>
Capital social subscrito	73.653.781,00	46.854.119,00	-	-	-	-	-
(-) Capital social a integralizar	-	-	-	-	-	-	-
<b>Reservas</b>	<b>11.866.038,75</b>	<b>31.229.296,93</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>
Reserva legal	4.866.038,75	4.429.634,93	-	-	-	-	-
Reserva de subvênção para investimento	-	24.222.399,13	-	-	-	-	-
Reserva de lucro para aumento de capital	7.000.000,00	2.577.262,87	-	-	-	-	-
<b>Lucros ou prejuízos acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>	<b>73.653.781,00</b>

  

Demonstração do Resultado			Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados		Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa	
Conta	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	<b>268.195.214,45</b>	<b>206.367.382,77</b>	2. Ajustes Credores de Exercícios Anteriores	-	2. Recebimento de Clientes e Outros	1.016.164.399,42
<b>Custos operacionais</b>	<b>224.810.268,89</b>	<b>166.253.605,98</b>	3. Reversão de reservas	-	(-) Pagamentos a Fornecedores e Outros	(831.034.630,22)
Gastos com pessoal	90.814.854,35	72.854.891,39	De lucros a realizar	-	(-) Pagamento a Funcionários	(51.073.508,85)
Gastos gerais com transporte e frota	35.953.268,09	29.962.664,95	4. Outros recursos	-	(-) Recolhimentos ao Governo	(107.918.331,17)
Despesas operacionais	98.042.146,45	63.436.049,64	5. Lucro líquido do exercício	8.728.076,30	(-) Recolhimento a Credores Diversos	(20.774.004,04)
<b>Lucro bruto</b>	<b>43.384.945,56</b>	<b>40.113.776,79</b>	6. (-) Saldo anterior de prejuízos acumulados	-	<b>(-) Disponibilidade geradas pelas (Aplicadas) Atividades Operacionais</b>	<b>5.363.925,14</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>25.298.677,51</b>	<b>22.582.733,87</b>	7. (-) Ajustes devedores de exercícios anteriores (Ajuste Depreciação)	-	<b>Das Atividades De Investimento</b>	<b>(54.659.633,66)</b>
Despesas administrativas	25.298.677,51	22.582.733,87	8. (-) Prejuízo líquido do ano	-	(+) Recebimento de Venda de Imobilizado	1.312.357,00
<b>Resultado antes das operações financeiras</b>	<b>18.086.268,05</b>	<b>17.531.042,92</b>	9. Total dos Recursos	8.728.076,30	(-) Aquisição de Ativo Permanente	(55.971.990,66)
<b>Receita e despesas financeiras</b>	<b>11.529.258,37</b>	<b>6.922.116,44</b>	<b>Aplicações</b>		<b>(-) Disponibilidade geradas pelas (Aplicadas) Atividades De Investimentos</b>	<b>(27.017.399,20)</b>
Despesas financeiras líquidas	12.952.035,24	8.017.515,19	10. Transferência para reservas	-	(+) Recebimento de Venda de Imobilizado	1.312.357,00
Receitas financeiras	(1.422.776,87)	(1.095.398,75)	Reserva Legal	436.403,82	(-) Aquisição de Ativo Permanente	(55.971.990,66)
<b>Lucro operacional</b>	<b>6.557.009,68</b>	<b>10.608.926,48</b>	Reserva de Lucro para Aumento de Capital	7.000.000,00	<b>Das Atividades De Investimentos</b>	<b>(54.659.633,66)</b>
<b>Resultado de outras receitas e despesas</b>	<b>3.317.390,97</b>	<b>5.516.785,59</b>	Reserva Estatutária	-	<b>Das Atividades De Financiamento</b>	<b>(11.099.997,26)</b>
Outras receitas operacionais	14.438.517,88	19.125.453,63	Reserva de lucros a realizar	-	(+) Novos Empréstimos	69.727.219,25
Outras despesas operacionais	(11.121.126,91)	(13.608.668,04)	Reserva p/ investimentos	-	(-) Amortização de Empréstimos	(30.151.290,94)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>9.874.400,65</b>	<b>16.125.712,07</b>	Reserva p/ investimentos	-	(-) Pagamento de Dividendos	(1.380.217,05)
Provisão para imposto de renda	833.569,00	1.936.254,48	11. Dividendos ou lucros distribuídos pagos ou creditados	1.291.672,48	<b>(-) Disponibilidade geradas pelas (Aplicadas) Atividades De Financiamentos</b>	<b>38.195.711,26</b>
Provisão para contribuição social	312.755,35	713.778,34	12. Parcela dos lucros incorporados ao capital	-	<b>Aumento/Diminuição Nas Disponibilidades</b>	<b>(11.099.997,26)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.728.076,30</b>	<b>13.475.679,25</b>	13. Lucros Destinados à Distribuição aos Acionistas	-	Disponibilidades no Início do Período	13.924.814,74
			14. Total das Aplicações	8.728.076,30	Disponibilidades no Fim do Período	2.824.817,48

  

**Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis Referente ao exercício social iniciado em 01/01/2022 e findo em 31/12/2022**

**Nota 01 – Contexto Operacional – LOG20 Logística S/A, Sociedade Anônima com capital Fechado cadastrada no CNPJ 13.631.347/0005-08 com sede e suas filiais localizadas conforme abaixo**

Filial	CNPJ	Localização
Matriz	13.631.347/0005-08	Avenida Paulista 2064 Conjunto 14, Bairro Bela Vista no município de São Paulo SP
Filial 02	13.631.347/0002-65	Avenida Fagundes de Oliveira Ante sala 7 N°640, Bairro Piraporinha, Cidade de Diadema SP
Filial 03	13.631.347/0003-46	Rua São Cristóvão Bloco 01,02 e 03 N°1221, Bairro São Cristóvão, na Cidade Rio de Janeiro RJ,
Filial 04	13.631.347/0004-27	Rua Luiz Carlos Zani Sala 07 n°2891, Bairro Parque Industrial III na cidade de Ibiaporá PR
Filial 05	13.631.347/0001-84	Rua Oswaldo Valentim Zandavalli 511 Sala 301 Centro Concórdia SC
Filial 06	13.631.347/0006-99	Rodovia PR 483 855 SALA 12, Bairro Agua Branca na Cidade de Francisco Beltrão PR
Filial 07	13.631.347/0007-70	Rua PIRAPO 705 Sala Comercial 685 Bairro Igara no município de Canoas RS,
Filial 08	13.631.347/0008-50	Rodovia WASHINGTON LUIZ LADO IMPAR 16117 LOTES 11 A 29 LOJA D Bairro Santa Cruz da Serra, Duge de Caxias RJ
Filial 09	13.631.347/0009-31	Rodovia Br 376 Km 462 Sul-Zona Rural, Sala 10, Bairro Colônia Dona Luiza cidade de Ponta Grossa-PR
Filial 10	13.631.347/0010-75	Rua Urbano n°1570 Sala 08 Bairro Parque Três Fronteiras, cidade Foz do Iguaçu-PR
Filial 11	13.631.347/0011-56	Av Souza Neves n° 1999 PAVLH 03 Bairro Chapada Ponta Grossa PR
Filial 12	13.631.347/0012-37	Rua Doutor Reinaldo Schmithausen 3300 Lote 21 Bairro Cordeiros Itajaí SC
Filial 13	13.631.347/0013-18	Via De Ligação Braskem Bairro Polo Industrial de Camaçari-BA
Filial 14	13.631.347/0014-07	Av Julia Gaiolli n°0 Bairro Agua Chata Guarulhos SP
Filial 15	13.631.347/0015-80	Avenida Do Contorno 2905 Sala 1007 Bairro Santa Efigênia Minas Gerais MG
Filial 16	13.631.347/0016-60	Rua São João Batista 86 Bairro Botafogo Rio de Janeiro RJ

Tem como principais atividades: Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Transporte Rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e municipal. Carga e descarga. Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis. Organização Logística do transporte de cargas. Locação de automóveis sem condutor. Locação de outros meios de Transportes, não especificados anteriormente, sem condutor. Aluguéis de maquinarias e Equipamentos agrícolas sem operador, Transporte Rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal. Transporte rodoviário de produtos perigosos.

**Nota 02 – Bases de Elaboração das Demonstrações Contábeis – As demonstrações**

contábeis inerentes aos exercícios de 01/01/2022 a 31/12/2022 e 01/01/2021 a 31/12/2021 (comparativas) estão sendo apresentadas em Reais (R\$). A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base os termos da NBC TG 1000(R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PME), expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução do CFC nº 1255/2009. A entidade está apresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados e as Notas Explicativas, elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos de legislação comercial aplicável, Lei nº 10.406/2002, demais leis, resoluções e atos aplicáveis. A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este comparativo. As demonstrações contábeis do exercício anterior apresentadas para fins de comparação, podem conter algumas reclassificações para melhoria da informação e comparabilidade. Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade de a entidade continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades. A administração da sociedade declara que não ocorreram eventos subsequentes entre a data dos encerramentos das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão dessas demonstrações.

**Nota 03 – Principais Práticas Contábeis –** As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, confiabilidade, primazia da essência sobre a forma, prudência, integralidade, comparabilidade, tempestividade e equilíbrio entre custo e benefício, estando assim alinhadas. Adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para Pequenas e Médias Empresas (PME). A preparação das demonstrações contábeis poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que possam afetar valores reportados de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis. Atendendo o conteúdo da NBC TG 1000(R1), a administração da empresa, fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos submetidos a tal resolução levando em conta os principais indicadores de desvalorização, tais como; informações internas (empresa) que espelhem desempenho econômico pior que o esperado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceda seu valor recuperável estimado. Calculado com base no valor residual menos perdas por redução ao valor recuperável estimado, calculado com base no valor residual menos perdas por redução ao valor recuperável apurada até o exercício social imediatamente anterior. As perdas de valor consideradas relevantes são reconhecidas no resultado. Após esta análise a administração chegou à conclusão de que todos os ativos se encontram ao valor recuperável através da venda ou do uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de Impairment, uma vez que não identificou indicação relevante de não recuperabilidade. O Ajuste a valor presente tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, tanto para os ativos quanto para os passivos. Caso a empresa detecte tais valores, será realizado no reconhecimento inicial de cada operação de longo prazo em base exponencial por data e registrado em conta retificadora para que os ativos e passivos reflitam a realidade. Os juros serão reconhecidos como receita ou despesas com o transcorrer do tempo como receitas ou despesas financeiras na Demonstração do Resultado através do método de taxas efetivas de juros. A entidade elabora suas demonstrações contábeis usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens. **3.01 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, bens, direitos e obrigações, vindas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificadas como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificadas como itens não circulantes. **3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa:** São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos. **3.1.2 Adiantamentos:** A conta é composta por: Adiantamento a Fornecedores pagos para prestação de serviços e compra de materiais de uso e consumo que foram destinados para a atividade da empresa. Adiantamento de Férias referente aos funcionários que tiveram o gozo das férias entre o período de dezembro/2021 a janeiro/2022. Adiantamento Rpa refere-se ao adiantamento pago a Terceiros. Adiantamento Estouro do Mês refere-se ao desconto de proventos em folha de pagamento de funcionários que se encontram afastados por motivo de doença, para que quando retornarem ao trabalho seja descontado em folha normal.

**3.1.3 Tributos Federais a Recuperar:** Esse subgrupo é composto de: Pis e Cofins a recuperar que se refere ao saldo credor remanescente dos créditos de insumo, Irrf sobre aplicações financeiras: se refere a créditos bancários sobre aplicações financeiras. Csl a Compensar, IRPJ a Compensar se refere a Impostos pagos indevidos a maior que será compensado via perd/comp em períodos seguintes. CSLL e IRPJ a Recuperar Retido na Prestação de Serviços se refere a retenções dos serviços prestados. Valor de adiantamento e parcelamentos refere-se a pagamento inicial de negociação com a receita federal.

**3.1.4 Tributos Estaduais a Recuperar:** Este subgrupo é composto de: Pis e Cofins a recuperar que se refere ao saldo credor remanescente dos créditos de insumo, Irrf sobre aplicações financeiras: se refere a créditos bancários sobre aplicações financeiras. Csl a Compensar, IRPJ a Compensar se refere a Impostos pagos indevidos a maior que será compensado via perd/comp em períodos seguintes. CSLL e IRPJ a Recuperar Retido na Prestação de Serviços se refere a retenções dos serviços prestados. Valor de adiantamento e parcelamentos refere-se a pagamento inicial de negociação com a receita federal.

**3.1.5 Empréstimos a Receber:** Esta conta

## Publicidade Legal

... continuação

## LOG20 Logística S/A

**3.2.4 Imobilizado:** Os itens do imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, líquido dos tributos recuperáveis, com a contrapartida registrada em impostos a recuperar. Reparos e manutenções são reconhecidos quando incorridos, diretamente no resultado do exercício. Se ocorrerem substituições de peças ou itens de imobilizado, estes são baixados, desde que, mantenham controle que permita o respectivo registro da substituição. As taxas de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens e considerando o valor residual, quando este puder ser mensurado de forma confiável, para fins de cálculo dentro do método linear, tudo em conformidade com a Resolução 1255/2009 que institui o Pronunciamento Técnico PME (NBC TG 1000(R1)), e por experiência de seus administradores os valores residuais foram pelo histórico do mercado revisados e ajustados

pela administração da empresa e apropriados ao final de cada exercício conforme o que segue. Foram lançados como bens de pequeno valor todos os itens que a entidade entendeu irrelevante para imobilizar.

Tipo do Bem	Valor Residual Em %	Vida Útil
Cavalo Rodovia	70%	60 Meses
Caminhões Diversos	30%	120 Meses
Carreta Rodovia	40%	96 Meses
Carrocerias Diversas	ZERO	120 Meses
Demais Bens	ZERO	60 Meses

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Aquisições (depreciação das baixas)	Baixas (depreciação)	Saldo em 31/12/2021
<b>Ativo imobilizado líquido</b>	<b>142.736.788,82</b>	<b>56.799.770,36</b>	<b>15.065.951,79</b>	<b>102.377.524,18</b>
<b>Bens e direitos para uso</b>	<b>202.448.988,75</b>	<b>55.971.990,66</b>	<b>4.031.619,64</b>	<b>148.790.525,49</b>
Movéis e utensílios	682.970,65	320.866,82		362.103,83
Maquinas/equipamentos.	57.727,48			57.727,48
Eqptos informática	489.460,86	116.858,29		372.602,57
Frota de veículos	198.682.476,02	53.571.343,62	1.984.500,11	147.095.632,51
Eqptos de oficina	1.272.177,12	386.618,12		885.559,00
Empilhadeiras	1.247.276,52	1.247.276,52		0,00
Beneficiarias em imóveis de terceiros	16.900,00			16.900,00
<b>(-) Depreciações acumuladas</b>	<b>(59.712.199,93)</b>	<b>827.779,70</b>	<b>14.126.978,32</b>	<b>(46.413.001,31)</b>
(-) Depreciação. Acumulada – movéis e utensílios	(240.877,75)		72.299,29	(168.578,46)
(-) Depreciação. Acumulada – maquinas/eqptos.	(22.784,01)		5.772,48	(17.011,53)
(-) Depreciação. Acumulada – equipamentos informática	(315.748,77)		50.488,44	(265.260,33)
(-) Depreciação. Acumulada – veículos (frota)	(58.764.359,10)	827.779,70	13.772.170,11	(45.819.968,69)
(-) Depreciação. Acumulada – equipatos de oficina	(354.384,04)		216.960,92	(137.423,12)
(-) Depreciação acumulada – empilhadeiras	(7.598,20)		7.598,20	
(-) Depreciação. Acumulada – beneficiarias em imóveis de terceiros	(6.448,06)		1.688,88	(4.759,18)

**3.2.5 Imobilizado em Andamento:** Representado pelos consórcios a contemplar da companhia com saldo pago até esta data em cada grupo e cota.

Imobilizado Em Andamento	31/12/2022	31/12/2021
<b>Consórcios</b>	<b>100.586,35</b>	<b>79.333,43</b>
Consórcio Bradesco G.4232 Cota 00083	100.586,35	79.333,43

**3.3.1 Fornecedores:** A rubrica fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura. Se eventualmente o prazo de pagamento for superior a 12 meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação é mensurado pelo método do custo amortizado descontando-se uma taxa efetiva, independentemente se os juros estiverem implícitos ou explícitos.

Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fornecedores</b>	<b>11.743.698,94</b>	<b>9.318.593,24</b>
Fornecedores	11.473.698,94	9.318.593,24

**3.3.2 Empréstimos e Financiamentos a pagar:** O reconhecimento inicial ocorre no recebimento dos recursos. Em geral, a mensuração dos empréstimos e financiamentos, ocorrem pelo reconhecimento inicial do valor total futuro a pagar deduzido de uma conta redutora com os encargos financeiros e de custos da transação. Subsequentemente, é reconhecido mensalmente em contas de resultado os encargos financeiros e custos de transação que foram necessários para liberação do mesmo, de acordo com a taxa efetiva de juros. Os Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo têm o seguinte saldo:

Financiamentos/Finames	31/12/2022	31/12/2021
<b>Financiamentos/Finames</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>
Sicoob Crediauc	300.000,00	0,00
<b>Financiamentos/Finames</b>	<b>36.007.139,63</b>	<b>27.555.676,66</b>
Bradesco	10.953.194,14	10.053.225,52
Banco Volks	3.792.235,42	4.367.382,62
Banco Mercedes	4.485.825,09	4.126.804,50
Banco Scania	341.526,33	341.526,45
Banco Do Brasil	305.515,18	305.515,30
Sicoob Transcredi	3.228.860,41	2.636.132,46
Banco Unicred	1.490.402,32	1.490.402,44
Banco Santander	880.919,44	666.578,72
Banco Volvo	5.058.596,71	247.920,31
Banco Itaucard	2.792.998,74	2.389.676,11
Banco Sicoob Crediauc	848.149,20	848.149,20
Banco Sicredi	1.909.090,80	318.181,76
(-) Juros a Transcorrer	(80.174,15)	(235.818,73)

Representado pelos consórcios já contemplados pela companhia com saldo a pagar até esta data em cada grupo e cota.

Imobilizado Em Andamento	31/12/2022	31/12/2021
<b>Consórcios</b>	<b>66.625,92</b>	<b>319.835,22</b>
Consórcio Scania 2115 Cota 113	11.019,98	69.131,95
Consórcio Scania Grupo 2115 Cota 121	7.713,34	66.157,09
Consórcio Bradesco Grupo 0004231 Cota 00116	47.892,60	69.178,20
Consórcio Scania Grupo 2111 Cota 098	0,00	35.751,54
Consórcio Scania Grupo 2112 Cota 189	0,00	79.616,44

Os Financiamentos de Longo Prazo apresentam os seguintes saldos:

Financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
<b>Financiamentos</b>	<b>90.472.694,56</b>	<b>59.438.213,98</b>
Bradesco	24.582.903,48	19.789.987,49
Banco Volks	18.816.243,64	5.310.902,99
Banco Mercedes	9.379.378,81	3.805.354,57
Banco Scania	47.606,79	339.456,51
Banco Do Brasil	101.839,60	407.355,28
Sicoob Transcredi	1.848.436,77	4.041.092,23
Banco Unicred	3.223.770,73	4.670.234,22
Banco Santander	1.555.761,81	2.881.125,61
Banco Itaucard	6.328.210,78	6.659.387,43
Banco Volvo	17.063.042,07	446.254,19
Banco Crediauc	2.411.406,60	2.685.805,80
Banco Sicredi	5.114.093,48	8.481.431,80
(-) Encargo A Transcorrer	0,00	(80.174,14)

**3.3.3 Obrigações Tributárias:** Esta rubrica contempla os tributos a recolher, inerentes a atividade da empresa referentes a venda, ao lucro e inclusive os retidos de terceiros. A empresa é tributada pelo Lucro Real Trimestral, sendo que o imposto de Renda (IRPJ) relativos ao exercício são calculados com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, sobre o lucro tributável, considerando-se em separado as adições e/ou exclusões permanentes e temporárias, excedente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)/trimestre, para a composição do total de IRPJ. E Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), de 9% sobre o lucro tributável. Também contempla no cálculo a compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e/ou de base negativa da CSLL relativo a períodos de apuração anteriores, é limitada a compensação de 30% (trinta por cento) do lucro do período. O lcms é apurado aplicando-se a sistemática da não cumulatividade. O Pis e Cofins aplica-se a cumulatividade. O saldo dos impostos a recolher em 31/12/2022 é de:

Impostos e contribuições a recolher	31/12/2022	31/12/2021
<b>Impostos e contribuições a recolher</b>	<b>3.316.770,43</b>	<b>3.292.321,31</b>
Cofins a recolher	678.895,11	590.693,68
Pis a recolher	138.972,33	120.454,41
Irpf a recolher	0,00	78.599,08
Csll a recolher	0,00	47.036,87
Irrf a recolher	397.883,49	171.040,65
Pis/cofins/csll a recolher	20.394,96	6357,13
Contribuição previdenciária	596.472,51	543.041,98
Pis retido a recolher	0,00	0,49
Cofins retido a recolher	36,08	48,12
Irrf retido a recolher	18,04	22,92
Pis e cofins a recolher	4.085,30	4.085,30
lcms a recolher	1.106.465,90	1.108.354,02
Iss a recolher	373.546,71	622.586,66

**3.3.4 Parcelamentos:** Os parcelamentos decorrem de créditos fiscais obtidos em exercícios anteriores, cuja utilização foi aprovada por unanimidade em assembleia geral, pois se entendeu há época tratar-se de operação lícita e que não ofereceria risco tributário à empresa. Em 2018, se reavaliou estas operações e se entendeu que poderia haver a glosa do pagamento/compensação por parte da receita federal do Brasil e, como surgiu um parcelamento especial bastante vantajoso, a empresa optou pela adesão. Os parcelamentos estão sendo atualizados mensalmente conforme Selic da RFB.

Parcelamentos	Parcelas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Total</b>	<b>3.944.438,42</b>	<b>4.466.425,05</b>	
Parcelamento 12996 pgnf demais débitos	98/180	385.826,88	295.020,89
Parcelamento 12996 rfb demais débitos	98/180	137.704,03	103.712,19
Parcelamento 10925-909433/2016-20	60/60	0,00	529.605,86
Parcelamento 10925-909431/2016-31	60/60	0,00	699.069,58
Parcelamento 18186-732072/2017-19	60/60	0,00	494.834,34
Parcelamento pert	66/145	1.912.727,26	1.265.147,08
Parc. 12996 Rfb-deb previdenciários	98/180	146.179,20	146.209,20
Parcelamento convencional 2371134	60/60	0,00	64.687,60
Parcelamento processo 10925-724142/2020-40	09/60	1.069.872,88	703.082,89
Parcelamento processo 10925-908698/2020-97	09/60	250.491,46	165.055,42
Parcelamento nº 7306268	1/18	41.636,71	0,00

Os Parcelamentos a Longo prazo apresentam os seguintes saldos:

Parcelamentos a longo prazo	31/12/2022	31/12/2021
<b>Parcelamentos a longo prazo</b>	<b>10.024.826,77</b>	<b>12.515.084,22</b>
Parcelamento 12996 pgnf demais débitos	858.519,99	1.033.107,13
Parcelamento 12996 rfb demais débitos	328.377,49	393.109,31
Parcelamento 12996 rfb deb previdenciários	1.135.186,75	1.227.347,79
Parcelamento 10925-909433/2016-20	0,00	27.896,69
Parcelamento pert	5.068.145,55	6.023.130,96
Parcelamento convencional 2371134	0,00	44.107,65
Parcelamento processo 10925-724142/2020-40	2.122.046,63	3.050.297,30
Parcelamento processo 10925-908698/2020-97	498.843,23	716.087,39
Parcelamento 7306268	13.707,13	0,00

**3.3.5 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:** Os encargos trabalhistas, conhecidos e ou passíveis de apuração, são contabilizados de acordo com a sua competência

Obrigações trabalhistas e previdenciárias	31/12/2022	31/12/2021
<b>Obrigações trabalhistas e previdenciárias</b>	<b>12.421.896,11</b>	<b>11.113.056,45</b>
Obrigações com o pessoal	3.650.562,15	3.916.101,00
Salários e ordenados a pagar	2.901.984,40	2.503.783,13
Pró labore a pagar	14.872,48	13.970,55
Rescisões a pagar	75.384,53	45.092,70
Salários a pagar com ocorrência	6.554,81	6.554,81
Pensão alimentícia a pagar	45.910,71	45.038,18
Rpa a pagar	605.855,22	1.301.661,63
Obrigações previdenciárias	2.057.196,66	1.577.613,82
Inss a recolher	951.198,43	864.922,06
Fgts a recolher	577.392,74	329.466,28
Contribuição sindical	528.605,49	383.225,48
<b>Obrigações sobre férias e 13º salário</b>	<b>6.567.958,10</b>	<b>5.473.132,43</b>
13º salário a pagar	0,00	391,97
Férias a pagar	5.630.391,37	4.687.444,94
Inss sobre férias	487.255,61	410.175,24
Fgts sobre férias	450.311,12	375.120,28

**3.3.6 Outras Obrigações:** A conta é composta por:

3.3.6.1 – Energia Elétrica a Pagar	31/12/2022	31/12/2021
<b>3.3.6.1 – Energia Elétrica a Pagar</b>	<b>1.699,22</b>	<b>2.389,54</b>
Energia elétrica a pagar	1.699,22	2.389,54

**3.3.6.2 – Distribuição de Lucros a Pagar refere-se ao valor de lucro que foi destinado para distribuição no exercício de 2022/2021 conforme assembleia.**

Distribuição de lucros	31/12/2022	31/12/2021
<b>Distribuição de lucros</b>	<b>1.535.274,68</b>	<b>1.623.819,25</b>
Distribuição de lucros	1.535.274,68	1.623.819,25

**3.3.6.3 – Honorários a Pagar refere-se a honorários contábeis e honorários de acessória conforme discriminação abaixo:**

Honorários a pagar	31/12/2022	31/12/2021
<b>Honorários a pagar</b>	<b>0,00</b>	<b>171.831,79</b>
Nx consult	0,00	147.159,42
Secea contabilidade Ltda	0,00	24.672,37

**3.3.6.4 – Outras Contas a Pagar está discriminado conforme tabela abaixo:**

Outras contas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>1.335.194,34</b>	<b>281.638,26</b>
Chapas e reembolso	3.014,00	6.169,72
Processos judiciais	71.913,80	65.361,43

**3.3.6.5 – IPVA/ DPVAT e Licenciamento a Pagar refere-se ao valor que será pago no mês 01/2023.** Contribuição Sindical Patronal referente ao saldo que deverá ser pago no exercício seguinte. Juros sobre capital Próprio refere-se ao valor calculado em dezembro/2022.

IPVA/DPVAT e licenciamentos a pagar	31/12/2022	31/12/2021
<b>IPVA/DPVAT e licenciamentos a pagar</b>	<b>144.044,65</b>	<b>52.609,38</b>
Multa de trânsito a pagar	73.984,65	29.830,86
Contribuição sindical a pagar	0,00	1.045,39
Juros sobre capital próprio	70.000,00	70.000,00

**3.5.1 Capital Social:** O Capital Social Subscrito em 31/12/2022 ficou composto por R\$ 73.653.781,00 representado por 4.061.856 ações ordinárias nominativa no valor nominal de R\$ 9,83 cada uma.

**3.5.2 Reserva de Lucros:** As reservas são constituídas de acordo com o percentual especificado em estatuto.

**3.5.3 Reserva Legal:** A reserva legal corresponde a 5% do lucro líquido do exercício de 2022, ou seja, de R\$ 436.403,82 somados a exercícios anteriores conforme Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, art. 192, perfazendo um total de R\$ 4.866.038,75.

**3.5.4 Lucro ou prejuízo do Exercício:** O Resultado do Exercício de 2022 apurado pela Companhia foi um Lucro de R\$ 8.728.076,30, descontado a Reserva Legal. Este valor irá para apreciação da Assembleia Geral Ordinária, que dará destinação conforme rege o estatuto da companhia.

**3.6 Demonstrativo de Resultado do Exercício: 3.6.1 Receita Bruta:** A empresa apresenta seu faturamento conforme demonstrativo abaixo:

Receita operacional bruta	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>320.719.988,74</b>	<b>247.189.259,80</b>
Prestação de serviço transportes	286.358.323,57	215.088.185,71
Prestação serviço de terceiros	34.361.665,17	32.101.074,09
<b>(-) Deduções da receita bruta</b>	<b>(52.524.774,29)</b>	<b>(40.893.272,23)</b>
(-)Cofins	(24.261.879,27)	(18.826.446,96)
(-)Pis	(5.267.521,99)	(4.093.030,00)
(-) Contribuição previdenciária	(4.764.087,05)	(3.716.669,86)
(-) lcms	(15.270.760,72)	(11.043.532,47)
(-) Iss	(2.833.381,85)	(3.197.268,09)
Descontos e abatimento	(127.143,41)	(16.324,85)
<b>Receitas diversas</b>	<b>(</b>	

## Negócios

### Fleury e Hermes Pardini têm fusão aprovada pelo Cade



O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) negou um pedido de destaque que poderia prolongar a análise sobre a fusão entre o Fleury (FLRY3) e o Hermes Pardini (PARD3). Por maioria de votos, a decisão seguiu o parecer da Superintendência Geral da autarquia, que havia se manifestado pela aprovação do negócio.

A aquisição do terceiro maior grupo de medicina diagnóstica do país pelo segundo maior resultará em uma empresa com 39 marcas e R\$ 6,1 bilhões em receita líquida, um patamar próximo da líder de mercado, a Dasa (DASA3). A combinação entre o Fleury e Pardini passará

a ter 487 unidades e 6,6 mil clientes. Com a negativa da avocação [quando a autoridade superior competente traz para si a responsabilidade para solucionar, modificar e implementar determinado Processo/Procedimento administrativo] por quatro votos a três, a operação foi considerada aprovada pelo Cade. Os conselheiros acreditam que a análise feita pela SG sobre a operação foi suficiente para indicar que não há problemas concorrenciais.

A fusão entre Fleury e Pardini vai mudar significativamente o mercado de medicina diagnóstica no Brasil. Isso porque a nova empresa terá uma posição ainda mais forte no mercado, batendo de frente com a Dasa — que

atualmente detém uma fatia significativa. A Fleury anunciou em janeiro que concluiu a constituição de uma nova companhia de cuidados oncológicos em parceria com Atlântica Hospitais e Participações e a Beneficência Portuguesa de São Paulo, denominada ABPF Oncologia.

A ABPF Oncologia, segundo a Fleury, pretende “coordenar o cuidado da jornada do paciente oncológico, com soluções preventivas, pesquisas clínicas e cuidado de excelência, por meio de uma solução integrada, multicanal, humanizada e centrada no paciente”.

O anúncio da nova empresa da Fleury de oncologia foi feito em maio do ano passado.

Suno

### Vivara terá maioria feminina no conselho de administração

A Vivara, maior rede de joalherias da América Latina, anunciou uma proposta com mudanças no seu conselho de administração, que agora passará a ter maioria feminina. Antes, as mulheres representavam 40% do board; agora, serão 60%.

Como parte das novidades, Marina Kaufman, diretora executiva de marca, entra no conselho como representante do bloco de controle. Kaufman tem 10 anos de empresa e, em entrevista à Forbes no ano passado, afirmou que o sucesso da Vivara está ligado ao fato de que mulheres ocupam o todo da empresa. Na diretoria da Vivara, as mulheres são 36%, em gerência, são 93% e em coordenação, 56%. “A liderança feminina dentro da Vivara aconteceu de maneira natural e nunca como um objetivo.”

Tarcila Ursini, economista e gestora focada em investimentos, também chega ao

board da empresa. Ela tem mais de duas décadas de atuação no setor empresarial brasileiro e especialmente com o tema da sustentabilidade.

Entre todos os funcionários da Vivara, 87% se classificam dentro do gênero feminino. A companhia recebeu em 2022 o Selo Women on Board, concedido a empresas com pelo menos duas mulheres em conselhos administrativos ou consultivos.

A empresa mantém a formação do conselho com 80% de membros independentes. A proposta de composição mantém João Cox Neto, sócio-fundador e presidente da Cox Investments & Advisory, que presidiu o board nos dois últimos anos, Fábio Coelho, que desde 2011 ocupa a presidência do Google Brasil, e Anna Chaia, que é mentora de startups pela Endeavor e membro do Painel Consultivo que seleciona companhias potenciais para se juntarem ao Programa de Aceleração. Forbes



### Hapvida levanta R\$ 1,1 bi com ação a R\$ 2,68



Tentando por fim a um inferno astral que já dura um ano, a Hapvida acaba de levantar R\$ 1,060 bilhão num follow-on que deve fechar o capítulo mais turbulento da história da companhia desde seu IPO cinco anos atrás.

A oferta saiu a R\$ 2,68/ação, um prêmio de 1,15% em relação ao fechamento de ontem e de 22% em relação ao valor do lançamento da oferta.

Liderados pela família Pinheiro, que tem 36% do capital, os atuais acionistas aderiram em massa à chamada oferta prioritária, que lhes dá o direito de acompanhar a oferta na proporção de sua participação.

Os atuais acionistas exer-

ceram 76% de seus direitos de subscrição, deixando apenas 24% das 396 milhões de ações disponíveis para o mercado.

A demanda por esta tranche não-prioritária foi de mais de 10x a quantidade de papel ofertada. Cerca de metade dos papéis ficaram com investidores estrangeiros, e metade com gestoras locais.

A demanda veio 45% de fundos long only e 55% de hedge funds.

O follow-on de hoje remove as dúvidas sobre a estrutura de capital da empresa, e vem depois da família Pinheiro injetar R\$ 1,25 bilhão na companhia com uma operação de sale leaseback envolvendo 10 hospitais.

A implosão da ação da

Hapvida ao longo do último ano — que fez um papel que negociava ao redor R\$ 10 mergulhar abaixo de R\$ 2 em um dado momento — destruiu a performance de amplos setores do buy-side, que tinham a ação da companhia como uma de suas principais posições, apostando nas sinergias da fusão com a Intermédica.

Uma das principais críticas dos investidores à empresa tem sido a falha na comunicação, com o management prometendo uma coisa e entregando outra.

Assumindo uma estimativa conservadora de R\$ 2,5 bi de EBITDA para este ano — comparado aos R\$ 3 bi do consenso Bloomberg.

Brazil Journal